



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2019

(nº 175/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 175

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Os méritos do Senhor Helio Vitor Ramos Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2019.

EM nº 00123/2019 MRE

Brasília, 30 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **HELIO VITOR RAMOS FILHO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **HELIO VITOR RAMOS FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 127/2019/CC/PR

Brasília, 9 de maio de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HÉLIO VITOR RAMOS FILHO

CPF.: 512.168.097-04

ID.: 8006 MRE

1959 Filho de Hélio Vitor Ramos e Lygia Serbêto Ramos, nasce em 11 de julho de 1959, na cidade de Salvador, Bahia.

Dados Acadêmicos:

1979 Direito pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro
1981 CPCD, IRBr
1989 CAD, IRBr
2001 CAE, IRBr, 2001. Perspectivas de integração energética do Brasil com países andinos e amazônicos - um mapeamento com vistas a ações diplomáticas futuras

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário
1986 Segundo-Secretário
1993 Primeiro-Secretário
1998 Conselheiro
2003 Ministro de Segunda Classe
2009 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1981-83 Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
1983-85 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Assuntos Legislativos, Assistente
1983-84 Embaixada em Pretória, Encarregado de Negócios em missão transitória
1985-88 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1988-91 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1992-93 Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador Executivo
1992 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD - **RIO 92**), Grupo de Trabalho Nacional para a Organização da Conferência (**GTN**), Secretaria-Executiva, Assessor,
1992 Presidência da República, Assessor Especial do Secretário do Meio Ambiente
1993-94 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessor
1995-99 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1999-2001 Ministério de Minas e Energia, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Ministro de Estado, interino
2001-04 Assessoria de Relações Federativas, Chefe
2004-06 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Representante Alterno Junto à CPLP
2006-11 Departamento de Comunicações e Documentação, Diretor
2011-16 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2016 Câmara dos Deputados, Assessor Especial do Presidente da Câmara

Condecorações:

1988	Ordem ao Mérito, Cavaleiro, Itália
1997	Medalha “Mérito Tamandaré”, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa
2000	Ordem de Rio Branco, Comendador, Ministério das Relações Exteriores
2001	Ordem do Mérito Renascença do Piauí, Grã-Cruz, Estado do Piauí
2002	Ordem do Mérito Tocantins, Grã-Cruz, Estado de Tocantins
2015.	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa
2017	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Ministério das Relações Exteriores
2018	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial, Ministério da Defesa

João Augusto Costa Vargas

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Europa-III

ITÁLIA



OSTENSIVO
Abril de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE A ITÁLIA

NOME OFICIAL:	República Italiana
CAPITAL:	Roma
ÁREA:	301.333 km ²
POPULAÇÃO:	60.756 milhões de habitantes (2019)
LÍNGUA OFICIAL:	Italiano (oficial), alemão (porções do Trentino-Alto Adige), dialetos regionais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica romana: 87,8%; muçulmana: 1,9%; protestantes: 1,3%; sem religião: 5,8%; outras: 3,8%

Presidente Sergio Mattarella (depoimento de

CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Giuseppe Conte (desde 1º de junho de 2018)
CHANCELER:	Enzo Moavero Milanesi (desde 1º de junho de 2018)
PIB NOMINAL (2018):	US\$ 2,08 trilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP): (2018)	US\$ 2,4 trilhões
PIB PER CAPITA: (2018)	R\$ 34,3 mil
PIB PPP PER CAPITA: (2018)	R\$ 39,5 mil
VARIAÇÃO DO PIB:	1,1% (2018) 1,5% (2017), 0,8% (2016); 0,8% (2015); -0,41% (2014); -1,7% (2013); -2,7% (2012); 0,6% (2011); 1,7% (2010)
IDH:	0,887 (26º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	83,2 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	10,5% (jan/2019) Fonte: Eurostat
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Antonio Bernardini, desde outubro de 2016 (credenciais)
EMBAIXADOR EM ROMA:	Antonio de Aguiar Patriota, desde novembro de 2016
BRASILEIROS NO PAÍS	43.700 (mais de 100.000 se considerados os com dupla cidadania)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	6679	9070	11662	10781	10816	10330	7945	7024	7519	8074
Exportações	3015	4232	5438	4580	4098	4020	3270	3322	3561	3560
Importações	3664	4838	6224	6201	6718	6310	4675	37202	3958	4513
Saldo	-649	-605	-786	-1621	-2620	-2290	-1405	-381	-397	-953

US\$ bilhões (FOB)

Informação elaborada em 02/04/2019 por Márcio dos Anjos. Revisada em 03/04/2019 por Marcela Pompeu.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sergio Mattarella **Presidente da República**



Nasceu em Palermo, em 23 de julho de 1941. Graduou-se em Direito pela Universidade "La Sapienza", em Roma, em 1964. Lecionou Direito até 1983, quando iniciou sua carreira no Parlamento pelo Partido Democrata Cristão.

Em seus sete mandatos no Parlamento, fez parte da Comissão de Assuntos Constitucionais e da Comissão de Relações Exteriores. De 1987 a 1989 foi ministro para Relações com o Parlamento. De 1989 a 1990, foi ministro da Instrução Pública. Entre 1998 e 1999, foi vice presidente do Conselho de Ministros.

Em 2009, foi eleito pelo Parlamento como membro do Conselho da Presidência da Justiça Administrativa e, em 2011, foi eleito Juiz Constitucional do Parlamento, tendo ingressado, em 11 de outubro do mesmo ano, na Corte Constitucional.

Em 31 de janeiro de 2015, após a renúncia do presidente Napolitano, foi eleito presidente da República Italiana.

Giuseppe Conte
Primeiro-Ministro



Nasceu em Volturara Appula (região da Apúlia), em 8 de outubro de 1964. Graduou-se em Direito pela universidade “La Sapienza”, em Roma, em 1988, e trabalhou como advogado civil desde então. Foi professor de direito privado na universidade de Florença e na universidade Luiss, em Roma. Seu nome foi submetido oficialmente ao presidente Mattarella em 21/03/2018, após acordo entre os líderes do M5S, Luigi di Maio, e da Liga, Matteo Salvini. Assumiu o cargo de presidente do conselho de ministros em 1º de junho de 2018.

Enzo Moavero Milanesi
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional



Nasceu em Roma, em 17 de agosto de 1954. Graduou-se em Direito pela Universidade “La Sapienza”, em Roma, em 1977. Possui especialização em Direito Comunitário da União Europeia, pelo Collège d’Europe, Bélgica, e em Direito Internacional, pela Universidade de Dallas, EUA. Foi professor nas universidades Bocconi, La Sapienza e Luiss. De 1995 a 2005, trabalhou na Comissão Europeia, em Bruxelas. Esteve à frente da pasta de Assuntos Europeus nos governos Monti (2011-2013) e Letta (2013-2014). Foi chefe da Secretaria para Assuntos Comunitários e membro de diversos comitês temáticos nacionais. Assumiu a chefia da diplomacia italiana em 1º de junho de 2018.

APRESENTAÇÃO

A Itália é uma república parlamentar unitária, localizada no centro-sul da Europa. Os Estados independentes de San Marino e do Vaticano são enclaves no interior da Itália, enquanto Campione d'Italia é um exclave italiano na Suíça. A Itália é membro fundador da União Europeia e parte da zona do euro, além de ser membro do G8, G20, OTAN, OCDE, Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, Organização dos Estados Ibero-americanos, Organização dos Estados Americanos, Organização das Nações Americanas, Organização das Nações Africanas, Organização das Nações Árabes, Organização das Nações Ásia-Pacíficas, Organização das Nações Ásia-África, Organização das Nações Ásia-África e Organização das Nações Ásia-África.

República Italiana tem o nono maior orçamento de defesa do mundo e um papel proeminente nos assuntos militares, culturais e diplomáticos europeus e mundiais.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre o Brasil e a Itália possui lastro em amplo espectro de afinidades, favorecido pela presença, no Brasil, de mais de 30 milhões de descendentes de italianos - a maior das numerosas diásporas - e de mais de 100 mil brasileiros residentes na Itália- inclusive aqueles com dupla nacionalidade.

Em 2007, as relações bilaterais foram alçadas à categoria de Parceria Estratégica, que prevê cooperação em matéria de comércio, finanças, defesa, ciência e tecnologia, cultura, turismo e esporte e confere especial ênfase ao diálogo político. Os dois países possuem três instrumentos centrais de cooperação que preveem reuniões periódicas: o Conselho de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento (de 1997); o Mecanismo de Consultas Políticas (de 2010); e a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia. Em 11 de junho de 2018, realizou-se em Roma a IV Reunião de Consultas Políticas. Os outros dois mecanismos reuniram-se pela última vez em Brasília em 2015.

O então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Paolo Gentiloni, visitou o Brasil em novembro de 2015. Em 2016, houve visitas das seguintes autoridades italianas ao Brasil: Marina Sereni (julho/2016, como vice-presidente da Câmara dos Deputados); Matteo Renzi (agosto/2016, como primeiro-ministro, durante as Olimpíadas); Maria Elena Boschi (setembro/2016, como ministra para as reformas constitucionais e relações com o parlamento) e Ivan Scalfarotto (novembro/2016, como vice-ministro para o comércio exterior).

Em 2017, o ministro Aloysio Nunes encontrou-se, em Roma (13/11), com o então chanceler Angelino Alfano. Em retribuição à visita brasileira, o ex chanceler Angelino Alfano esteve no Brasil de 21 a 24 de fevereiro de 2018.

Em 23/01, o presidente Bolsonaro manteve reunião com o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos, ocasião em que ambos registraram o interesse mútuo em fortalecer a cooperação bilateral. A ministra da Defesa italiana, Elisabetta Trenta, visitou o Brasil em janeiro deste ano (2019), e o Secretário de Estado de Assuntos Políticos da Farnesina, Guglielmo Picchi, esteve no Brasil em fevereiro último. O ME recebeu, em fevereiro, o deputado italiano Luís Roberto Lorenzato, um dos representantes da comunidade italiana residente na América do Sul no parlamento italiano.

Na esfera legislativa, o relacionamento bilateral tem sido impulsionado pelo Grupo Parlamentar Brasil-Itália. Criado em 2003, o grupo é composto por deputados de ambos os países e tem trabalhado para o fortalecimento dos laços econômicos, políticos e culturais.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político italiano é organizado de acordo com o princípio da separação dos poderes: o Poder Legislativo é atribuído ao Parlamento; ao Governo compete o Poder Executivo, e à magistratura, independente do Executivo e do Legislativo, cabe o exercício do Poder Judiciário. O Presidente da República é o cargo máximo do Estado e representa a sua unidade.

O Presidente da República Italiana, além de possuir funções de representação da

funções dentro dos campos executivo, legislativo e judiciário. Eleito pelo Parlamento, o Chefe de Estado italiano promulga leis, nomeia alguns membros de importantes organismos institucionais, é presidente do Conselho Superior da Magistratura, controla recursos extraordinários da administração pública, pode reenviar às casas parlamentares um ato legislativo, pode conceder anistia e é o comandante supremo das forças armadas.

O Presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) é nomeado pelo Presidente da República, que é livre na sua escolha, embora deva considerar a formação política do parlamento, já que o novo Chefe de Governo precisa receber o “voto de confiança” dos parlamentares para que possa iniciar suas atividades. Logo, tendencialmente, escolhe-se um nome que represente a maioria dos partidos no Parlamento. O Presidente do Conselho é considerado o quarto cargo na hierarquia do Estado, embora, na prática, seja o principal administrador deste, bem como um grande articulador político frente ao Parlamento.

As últimas eleições italianas ocorreram em 04/03/2018. A coalizão de centro-direita, liderada por Força Itália (FI) e Liga, obteve o maior número de votos totais (37%), mas o “antissistema” Movimento Cinco Estrelas (M5S) foi o mais votado individualmente (32,2%). Em 31/5/2018, o M5S e a Liga ganharam o aval do presidente Sergio Mattarella para iniciar governo conjunto, que tomou posse em 01/06/2018, liderado por Giuseppe Conte. Matteo Salvini e Luigi Di Maio tornaram-se vice-premiers. Salvini (Liga) passou a ocupar o Ministério do Interior, enquanto seu homólogo do M5S assumiu o Ministério do Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e das Políticas Sociais.

POLÍTICA EXTERNA

Para a Itália, a Europa é parte indispensável de sua identidade nacional e ponto de partida para enfrentar os desafios globais. No entanto, é no Mediterrâneo que a Itália acredita poder desempenhar papel particularmente importante, atuando como defensor da paz, das oportunidades de cooperação e do diálogo com o Norte da África. Preocupa à Itália o esfacelamento do Estado líbio, o aumento da ameaça terrorista e a grave crise migratória. Merece particular atenção do governo italiano a situação no norte da África e os fenômenos da radicalização religiosa e da migração em grande escala no Mediterrâneo. A questão migratória ganhou importância estratégica para a Itália, a ponto de se tornar o principal assunto no debate político interno.

Com a América Latina, a Itália mantém vínculos históricos, políticos, socioeconômicos e linguísticos. O Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA) é expressão do interesse italiano pela região.

Com a saída do Reino Unido do bloco europeu, a Itália tem-se posicionado mais claramente no centro decisório comunitário, como uma das três principais economias da UE.

Após integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas da ONU e sediar o G7 em 2017, a Itália ocupou em 2018, a presidência de turno da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), oportunidade em que buscou chamar a atenção para a dimensão mediterrânea da segurança.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Itália ocupa a nona posição entre as maiores economias do mundo, com um PIB de US\$

maior exportador e o 11º maior importador do mundo.

O tecido produtivo italiano comporta grandes grupos como Enel, Eni, Fiat, Pirelli, Leonardo Finmeccanica e Telecom Itália, entre outros. Ademais, o país conta com grande rede de pequenas e médias empresas com alta capacidade de competição em mercados externos. A produção industrial italiana é a segunda maior da Europa e atua frequentemente em nichos de alta tecnologia.

Após período de recessão econômica, a Itália obteve, em 2017, crescimento de 1,5% do PIB, que foi o melhor resultado desde 2011.

Ao longo de 2018, o incipiente crescimento econômico, registrado em 2017, perdeu fôlego. Em 2018, o crescimento foi de 1,1%. Segundo os últimos indicadores, o país pode entrar em recessão técnica. O banco central italiano (Banca d'Italia) estima crescimento de 0,9% no próximo ano, mas especialistas temem desempenho pior.

Sob a pressão dos mercados, a Itália viu-se obrigada a recuar da planejada expansão dos gastos públicos. Após meses de discussão, foi estabelecido acordo entre o governo italiano e a Comissão, com vistas a restringir o déficit nominal (e estrutural) no orçamento de 2019. Foram preservados, contudo, os programas chave do governo: a renda mínima ("renda de cidadania") e a redução da idade para aposentadoria.

A Itália é nosso segundo maior parceiro comercial dentre os membros da União Europeia (UE), após a Alemanha. São mais de 1.200 empresas italianas atuando no Brasil e gerando centenas de milhares de postos de emprego. No ano passado, tivemos crescimento da ordem de 8% no comércio bilateral, que superou os US\$ 7 bilhões, mas ainda aquém do ápice, atingido em 2011. Há relações históricas de investimentos mútuos e interesse renovado

Os investimentos diretos italianos no Brasil continuam a representar ponto central da pauta econômica bilateral. A Itália é o 12º investidor direto no Brasil (tanto no conceito de investidor imediato, como de controlador final). Estima-se que existam cerca de 1.000 empresas italianas no Brasil, gerando número superior a 150 mil postos de emprego. Os investimentos estão concentrados nos setores automotivo, energético, de telecomunicações e de serviços. Estão presentes no Brasil grandes grupos empresariais italianos, como Fiat, Pirelli, Tim e Enel (energia), além de diversas empresas de médio porte. Instalaram-se recentemente: grupo Brembo (sistema de freios para automóveis e motos), Almaviva ("call-center" e gestão de consumidores), Eataly (restaurante e produtos gastronômicos), grupo Fedrigoni (papel e celulose), Fassa (argamassas, tintas e revestimentos), Stevanato (embalagem para o setor farmacêutico) e Datalogic (automação industrial). Os italianos buscam parceiros brasileiros para a formação de "joint-ventures", ou outras modalidades de associação, inclusive entre PMEs, área em que a experiência italiana continua a ser uma referência para todo o mundo.

Cumpre enfatizar o crescente interesse de empresas italianas em investir na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil. A italiana Enel mantém mais de 700 MW de potência instalada em empreendimentos de energia eólica no Brasil, pequenas centrais hidrelétricas e energia solar, além de projeto-piloto de rede elétrica inteligente ("smart grid") no município de Búzios-RJ. Em 2018, a Enel venceu disputa para a aquisição da Eletropaulo, com investimento de US\$ 1,5 bilhão, tornando-se a maior distribuidora de energia do país.

A presença brasileira na Itália, em contrapartida, é bastante limitada. Existem aproximadamente 20 empresas brasileiras de grande porte operando em território italiano, entre as quais o BANCO DO BRASIL, a RIGAMONTI (alimentício), a RÁDIO ANTENA 1 (comunicação),

Principais indicadores socioeconômicos da Itália

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	0,85%	1,47%	1,54%	1,14%	0,90%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1.860,15	1.937,89	2.181,97	2.261,46	2.340,25
PIB nominal "per capita" (US\$)	30.662	31.984	35.914	37.232	38.543
PIB PPP (US\$ bilhões)	2.237,17	2.310,90	2.399,83	2.479,71	2.551,19
PIB PPP "per capita" (US\$)	36.877	38.140	39.500	40.825	42.017
População (milhões habitantes)	60,67	60,59	60,76	60,74	60,72
Desemprego (%)	11,66%	11,25%	10,85%	10,55%	10,25%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,50%	0,69%	1,64%	1,31%	1,40%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	2,71%	2,89%	2,57%	2,24%	1,97%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	1.05	1.20	1.15	1.22	1.22

Origem do PIB (2019 Estimativa)

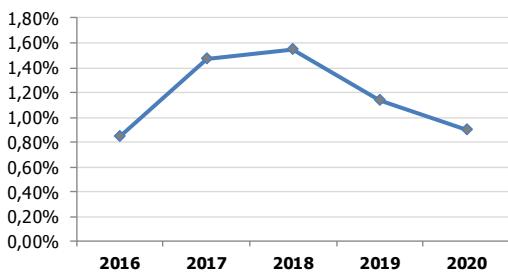
Agricultura	2,1%
Indústria	23,9%
Serviços	73,9%

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

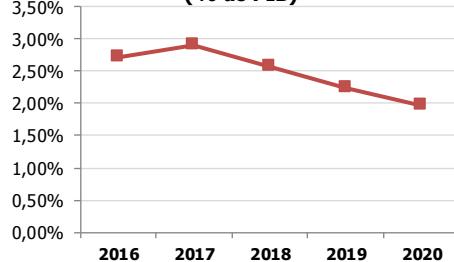
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

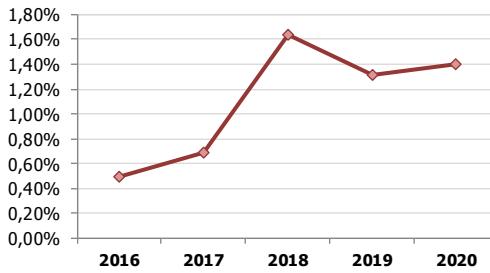
Crescimento real do PIB (%)



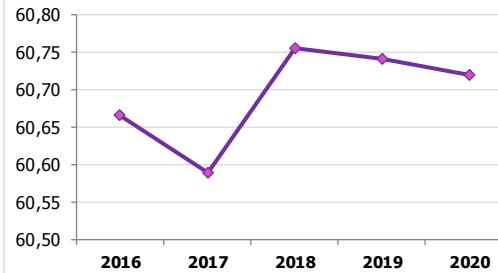
Saldo em transações correntes (% do PIB)



Inflação (%)



População (milhões habitantes)



CRONOLOGIA HISTÓRICA

878 Os árabes dominam a região da Sicília

Séc. XIII	Domínio político das grandes cidades-estado: Veneza, Gênova, Milão e Florença
Séc. XVI	a Península Itálica torna-se o berço do Renascimento
1713	grande parte do território do norte da Península Itálica passa para o domínio austríaco
1796	tropas francesas de Napoleão Bonaparte invadem a Itália
1848 a 1849	Primeira Guerra de Independência
1859	Segunda Guerra de Independência
1861	Proclamação do reino da Itália com Vitor Emanuel como soberano
1870	Roma torna-se a capital da Itália moderna
1922	Implantação do regime totalitário
1929	Tratado de Latrão, assinado entre o Vaticano e o governo italiano
1939	Segunda Guerra Mundial
1943	A Itália se rende aos aliados na GM
1945	A Itália sai derrotada da II GM e Mussolini é assassinado pelos antifascistas
1946	Proclamação da moderna República Italiana
1949	A Itália adere à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
1955	A Itália passa a fazer parte da ONU (Organização das Nações Unidas)
2002	A Itália entra na União Europeia
2010 a 2016	A Itália enfrenta grave crise econômica com alto desemprego, fraco crescimento econômico e aumento da dívida pública

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1861	Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro
1870	Início da imigração italiana para o Brasil
1891	Reconhecimento da República brasileira pela Itália
1942	Brasil decreta guerra a Alemanha e Itália
1944	Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália e embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália
1965	Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiano, Giuseppe Saragat
1975	Visita à Itália do Chanceler Azeredo da Silveira
1997	Visita do Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso
Página 15 de 70	Parte integrante do Avulso da MSF nº 17 de 2019.
2000	Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi

2005	Visita à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2007	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi e assinatura de parceria estratégica Brasil-Itália
2009	Visitas à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o G-8 e para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontros com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi
2010	Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi em Washington, à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica; visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi
2011	Visita a Roma do Ministro Antonio de Aguiar Patriota, para as celebrações do Sesquicentenário da Unificação Italiana (2 de junho)
2012	Visita a Roma do Vice-Presidente da República, Michel Temer
2013	Encontro, na Itália, entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Giorgio Napolitano
2013	Reunião, em Nova York, entre os Chanceleres Luiz Alberto Figueiredo Machado e Emma Bonino
2015	Visita à Itália da Presidente Dilma Rousseff (11 de julho)
2015	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália - São Paulo e Brasília (3 a 6 de novembro)
2017	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Itália (Roma, 13 de novembro)
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália, Angelino Alfano (Brasília, 22 de fevereiro)

ACORDOS BILATERAIS

Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação	02/11/2016	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Itália sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	23/10/2008	Em Vigor
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	27/03/2008	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial	12/02/1997	Em Vigor

República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana		
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	26/06/1995	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	Em Vigor
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	17/10/1989	Em Vigor
Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	17/10/1989	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal	17/10/1989	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	18/10/1982	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana.	03/10/1978	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	30/10/1972	Em Vigor
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	30/10/1972	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o	09/11/1970	Em Vigor
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de	06/10/1970	Em Vigor

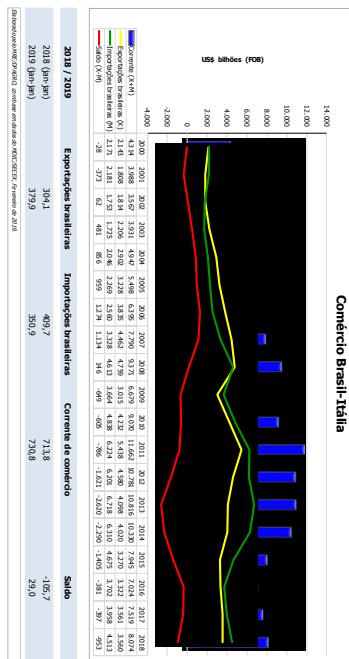
Consulta sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.		
Acordo para a Formação de uma Comissão Mista para a Promoção da Colaboração Econômica Prevista no Artigo 6º do Acordo de 1956 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/12/1968	Em Vigor
Acordo sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	06/09/1963	Em Vigor
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	03/08/1962	Em Vigor
Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/12/1960	Em Vigor
Acordo Relativo à Aquisição do ``Palazzo Doria Pamphili`` destinado a sediar a Embaixada do Brasil em Roma entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	28/11/1960	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana para o Uso Pacífico da Energia Nuclear.	06/12/1958	Em Vigor
Acordo sobre Serviço Militar entre, República dos Estados Unidos do Brasil e República Italiana.	06/09/1958	Em Vigor
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	24/11/1954	Em promulgação/MRE
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	25/01/1951	Em Vigor
Acordo Comercial de Compensação e Anexos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	05/07/1950	Em Vigor
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	05/07/1950	Em Vigor
Convenção de Imigração e Trabalho entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Itália.	08/10/1921	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

As exportações do Brasil para a Itália são marcadas por significativa participação de commodities (notadamente entre os 10 principais produtos, embora os valores agregados revelem ser predominante a participação de semimanufaturados (41%) e substancial a de manufaturados (praticamente 22%). Desde 2008, a balança tem sido deficitária, e, historicamente, a corrente de comércio atingiu seu ápice em 2011, mantendo certo ritmo até 2014. Houve queda substancial em 2015 e os valores da corrente bilateral tornaram-se significativamente menores desde então, situação para a qual terá contribuído a crise econômica brasileira recente, que como se vê de forma clara no primeiro gráfico, reduziu a demanda por bens importados, inclusive italianos. Do lado das importações brasileiras, é notável, ainda, a concentração em máquinas mecânicas, que tiveram mais de 28% de participação na pauta em 2018.

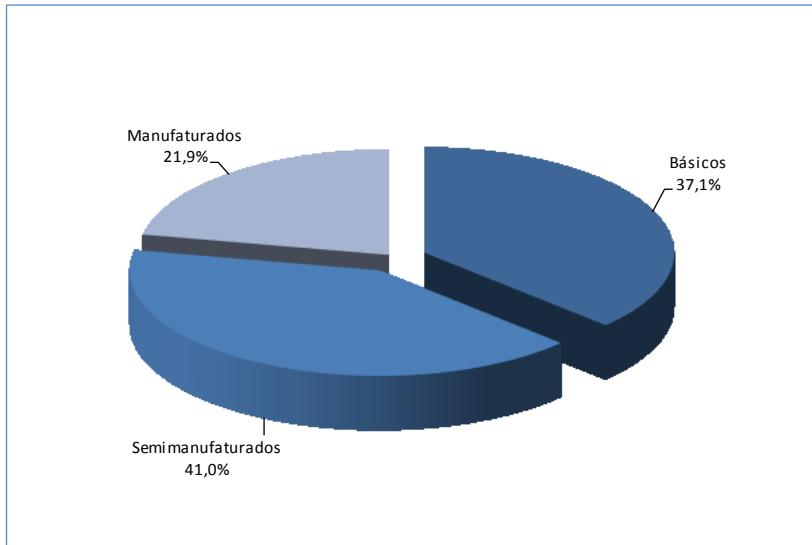
O Brasil é o 29º destino das exportações italianas e a 27ª origem de suas importações. A Itália, como se percebe claramente nas tabelas e gráficos sobre sua relação comercial com o resto do mundo, é um país profundamente inserido em cadeias produtivas europeias – obviamente, os maiores players comerciais globais (China e EUA) aparecem também, como seria de se esperar, entre os principais parceiros do país. A inserção nas cadeias de valor europeias apresenta características típicas de comércio intraindústria – entre as quais, notadamente, a coincidência significativa entre as pautas de exportação e de importação. Uma mudança mais profunda de padrão de comércio entre Brasil e Itália muito provavelmente demandará a conclusão do acordo comercial entre o Mercosul e a UE, que tenderá também a alterar o relacionamento bilateral no campo dos investimentos.

Em maio de 2018, missão composta pela Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI/PR) e pela Apex-Brasil visitou a Itália, para apresentar projetos prioritários de investimento em infraestrutura no País. A delegação manteve reuniões com representantes da Associação Italiana de Construtores e das empresas Atlantia, Enel, Terna e Ferrovie dello Stato. No atual calendário da SPPI, destaca-se possível interesse italiano em projetos de energia e também no leilão da ferrovia Norte-Sul.



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



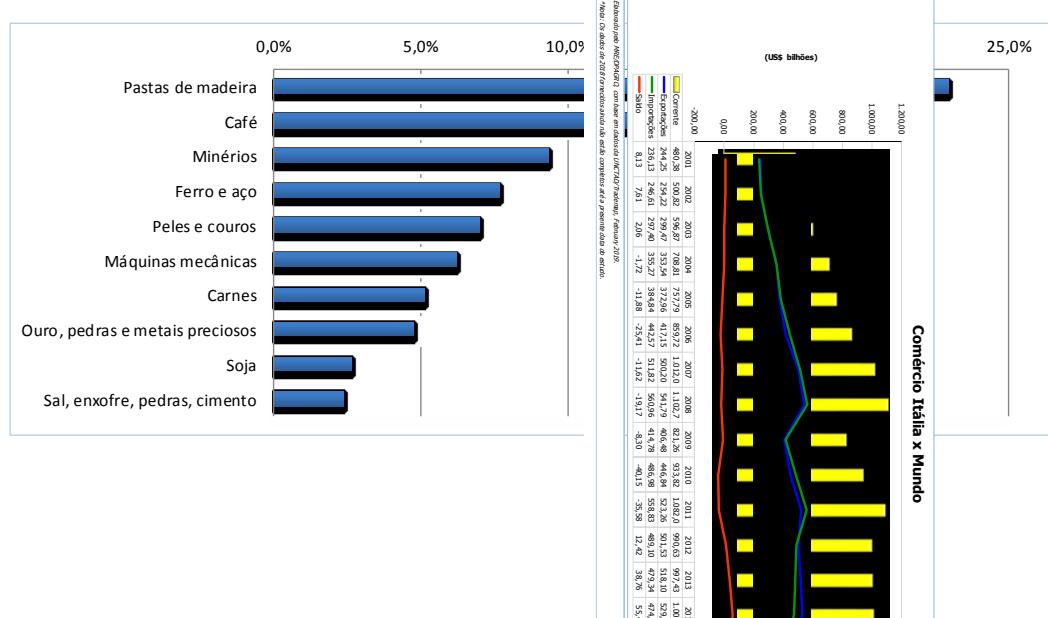
Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2019.

Composição das exportações brasileiras para a Itália
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pastas de madeira	565,25	17,0%	588,5	16,5%	818,5	23,0%
Café	489,39	14,7%	496,5	13,9%	464,4	13,0%
Minérios	273,18	8,2%	326,4	9,2%	333,7	9,4%
Ferro e aço	209,38	6,3%	334,7	9,4%	274,7	7,7%
Peles e couros	308,47	9,3%	342,4	9,6%	250,3	7,0%
Máquinas mecânicas	182,52	5,5%	203,3	5,7%	221,5	6,2%
Carnes	170,85	5,1%	171,0	4,8%	183,1	5,1%
Ouro, pedras e metais preciosos	97,87	2,9%	107,9	3,0%	168,6	4,7%
Soja	186,28	5,6%	121,8	3,4%	94,0	2,6%
Sal, enxofre, pedras, cimento	78,86	2,4%	83,0	2,3%	83,6	2,3%
Subtotal	2.562	77,1%	2.775	77,9%	2.892	81,2%
Outros	759,6	22,9%	785,5	22,1%	667,8	18,8%
Total	3.322	100,0%	3.561	100,0%	3.560	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Fevereiro de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

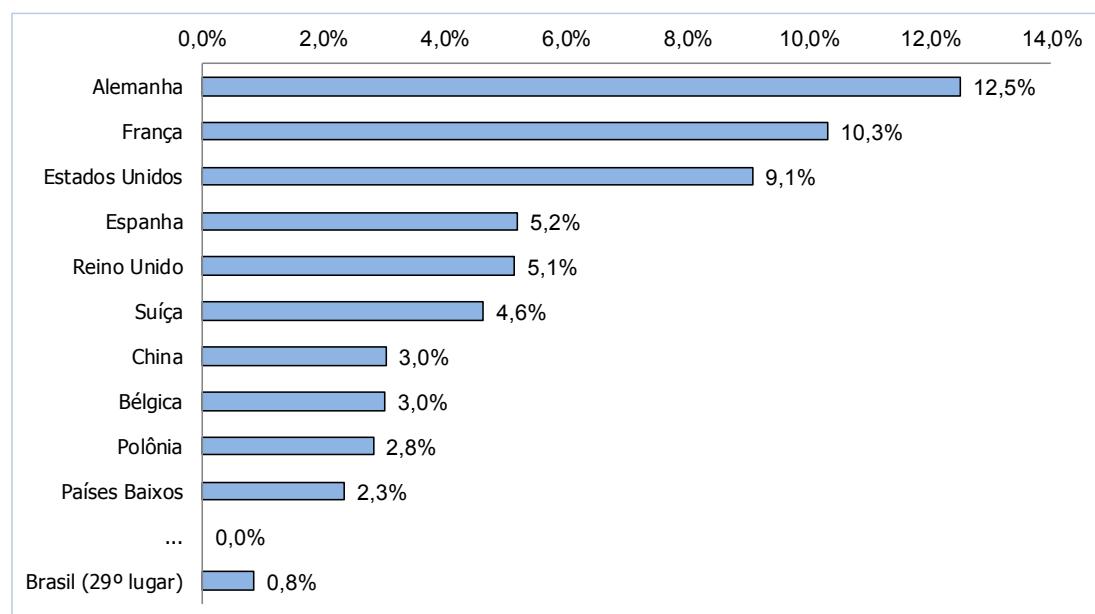


Principais destinos das exportações da Itália
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Alemanha	62,81	12,5%
França	51,82	10,3%
Estados Unidos	45,61	9,1%
Espanha	26,09	5,2%
Reino Unido	25,87	5,1%
Suíça	23,30	4,6%
China	15,21	3,0%
Bélgica	15,11	3,0%
Polônia	14,14	2,8%
Países Baixos	11,75	2,3%
...
Brasil (29º lugar)	4,26	0,8%
Subtotal	295,96	58,8%
Outros países	207,09	41,2%
Total	503,05	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2019.

10 principais destinos das exportações

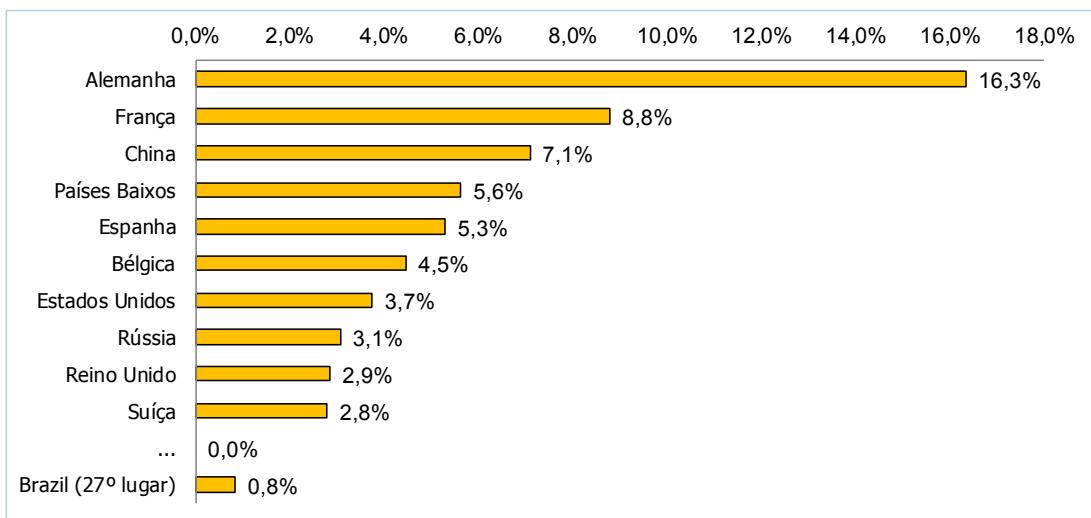


Principais origens das importações da Itália
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Alemanha	73,73	16,3%
França	39,64	8,8%
China	32,02	7,1%
Países Baixos	25,40	5,6%
Espanha	23,89	5,3%
Bélgica	20,15	4,5%
Estados Unidos	16,92	3,7%
Rússia	13,85	3,1%
Reino Unido	12,87	2,9%
Suíça	12,62	2,8%
...
Brazil (27º lugar)	3,80	0,8%
Subtotal	274,90	60,9%
Outros países	176,52	39,1%
Total	451,42	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2019.

10 principais origens das importações

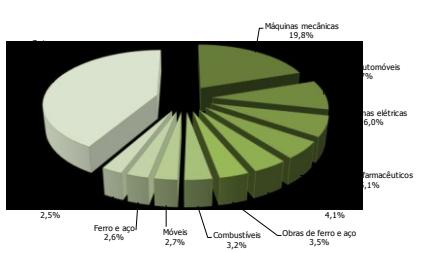


Composição das exportações da Itália
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	99,47	19,8%
Veículos automóveis	43,70	8,7%
Máquinas elétricas	30,12	6,0%
Produtos farmacêuticos	25,69	5,1%
Plásticos	20,56	4,1%
Obras de ferro e aço	17,50	3,5%
Combustíveis	16,26	3,2%
Móveis	13,66	2,7%
Ferro e aço	13,20	2,6%
Vestuário exceto malha	12,61	2,5%
Subtotal	292,77	58,2%
Outros	210,29	41,8%
Total	503,05	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

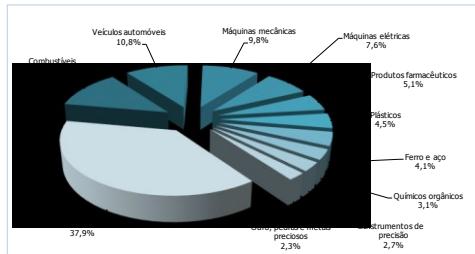


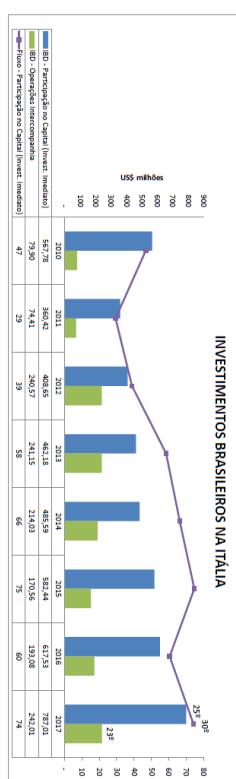
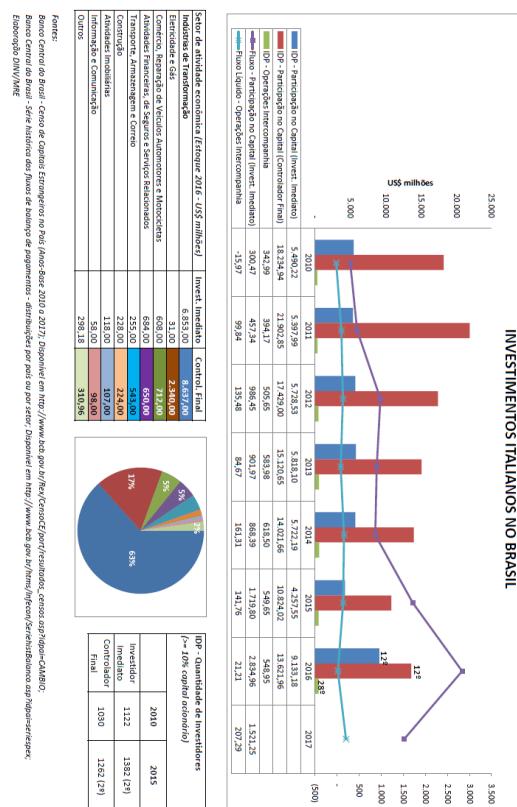
Composição das importações da Itália
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Combustíveis	54,16	12,0%
Veículos automóveis	48,63	10,8%
Máquinas mecânicas	44,27	9,8%
Máquinas elétricas	34,53	7,6%
Produtos farmacêuticos	23,21	5,1%
Plásticos	20,48	4,5%
Ferro e aço	18,55	4,1%
Químicos orgânicos	14,10	3,1%
Instrumentos de precisão	12,36	2,7%
Ouro, pedras e metais preciosos	10,18	2,3%
Subtotal	280,47	62,1%
Outros	170,95	37,9%
Total	451,42	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2019.

10 principais grupos de produtos importados





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Departamento de Europa Divisão
de Europa-III**

SAN MARINO



**OSTENSIVO
Abril de 2019**

DADOS BÁSICOS SOBRE SAN MARINO

NOME OFICIAL:	República de San Marino
GENTILICO:	Samarinês
CAPITAL:	Cidade de San Marino
ÁREA:	61,16 km ²
POPULAÇÃO:	33.779 habitantes (est. 2018)
LÍNGUA OFICIAL:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica romana: 97,2%;
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Capitães Regentes Nicolo Selva e Michele Muratori (período de 01/04 a 01/10/2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Exercida pelos integrantes do congresso de Estado (dez secretários de Estado), sob a presidência dos capitães-Regentes
CHANCELER:	Nicola Renzi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 1,633 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2017):	US\$ 2,188 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	R\$ 48,3 mil
PIB PPP PER CAPITA (2017):	R\$ 64,7 mil
VARIAÇÃO DO PIB:	1,36% (2018), 1,1% (2016); 0,96% (2015), -1,0% (2014); -4,5% (2013); -7,5% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,886 (26º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	83,24 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	8,1%
UNIDADE MONETARIA:	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASILIA:	Filippo Francini (não residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SAN MARINO (US\$ milhões FOB) - *Fonte: ME*

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	4,84	6,03	5,79	7,67	7,316	10,58	9,60	9,32	10,04	9,26
Exportações	0,03	0,03	0	0,03	0,119	0,01	0,008	0,06	0,39	0,13
Importações	4,80	6,00	5,79	7,64	7,196	10,57	9,598	9,26	9,65	9,50
Saldo	-4,77	-5,98	-5,79	-7,61	-7,077	-10,56	-9,59	-9,20	-9,26	-9,37

APRESENTAÇÃO

Fundada em 301dC, a República de San Marino, uma das mais antigas do mundo, é um enclave localizado na península italiana. Possui 61,16 Km² e uma população de 33 mil habitantes. É governada simultaneamente por dois capitães-regentes, eleitos para mandato de seis meses.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NICOLA SELVA

CAPITÃO-REGENTE



Nasceu em San Marino, em 4 de julho de 1962. Graduou-se em tecnologia de indústria pelo Instituto Leon Battista Alberti. É ex-corredor, tendo participado das Olimpíadas de 1992 na modalidade de revezamento 4x100.

Entre 2006 a 2011, foi eleito para o Grande Conselho, tendo feito parte do Conselho de Finanças e do Conselho dos Doze. Em 2016, foi um dos fundadores do partido da República Futura, de centro, parte do Partido Democrático Europeu.

MICHELE MURATORI

CAPITÃO-REGENTE



Nasceu em San Marino em 13 de dezembro de 1983. Graduou-se em pedagogia pela Universidade de Bolonha, é funcionário público, tendo trabalhado na educação de pessoas com dificuldades psicossociais. Entrou na política em 2005, como membro do Partido dos Socialistas e dos Democratas (PSD).

Em 2014, foi eleito para o Grão-Conselho Geral e fez parte do Conselho dos Doze e da Comissão de Justiça. Em 2016, fundou a Esquerda Socialista Democrata, da qual é presidente.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas por troca de notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não residentes. San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo, atualmente chefiado por Mario Marsili.

Cabe registrar, contudo, que, segundo documentos do Arquivo Público da República de San Marino, o Imperador Dom Pedro I manifestou interesse, por meio do então representante brasileiro à Corte da França, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, de estreitar laços com aquela república, o que deu início a processo de concessão da cidadania samarinesa para o regente brasileiro. Como resultado, o Conselho Geral daquele país, em sessão de 23 de maio de 1830, com “viva exultação” pela notícia de que “um dos mais potentes Soberanos lhe desse tal atestado de sua estima e

benevolência”, determinou “que os nomes de Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, de sua Augusta Esposa, a Imperatriz Dona Amélia, e da futura Imperial Dinastia, fossem perpetuamente anotados à frente do Registro dos Patrícios Samarineses”. A mesma concessão também foi estendida ao legatário imperial, Visconde de Pedra Branca.

Por ocasião de visita do Embaixador do Brasil para San Marino em 2016, foi assinado o Acordo bilateral para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária. O documento constitui o primeiro acordo bilateral assinado pelos dois países.

A cooperação educacional entre o Brasil e San Marino também consta da pauta bilateral. O Secretário de Estado para Educação, Cultura, Universidades, Pesquisa Científica, Temas Sociais e Igualdade de Oportunidades de San Marino, Giuseppe Maria Morganti, realizou, em agosto de 2015, a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2002. Naquela viagem, Morganti – que esteve em Brasília e São Luís – manteve encontro com o então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. No contexto, foram assinados acordos de cooperação da Universidade de San Marino com a Universidade de Brasília – UnB e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Como um primeiro resultado desses acordos, uma estudante de graduação em "design", proveniente da instituição samarinesa, realizou intercâmbio na UnB em 2016. Há interesse, pelo governo de San Marino, que haja maior ida de estudantes brasileiros ao país.

Em 2016, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, os então capitães-regentes, Gian Nicola Berti e Massimo Andrea Ugolini visitaram o Brasil, acompanhados do secretário de estado de Turismo, Políticas Juvenis e Esporte, Teodoro Lonfernini; do embaixador não residente, Filippo Francini; e da responsável do Cerimonial Diplomático, Silvia Berti.

O governo samarинês, em 2018, expressou interesse em assinar acordo de cooperação e facilitação de investimentos nos moldes propostos pelo Brasil. A proposta ainda está em fase inicial de análise pelo lado brasileiro.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira local é formada majoritariamente por alguns cônjuges de cidadãos samarinenses. Não há associação de brasileiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício de San Marino.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

O Poder Legislativo de San Marino é formado por um único órgão, o Conselho Grande e Geral, formado por 60 parlamentares eleitos diretamente pelo voto popular a cada cinco anos.

As funções de Chefe de Estado e de Governo são exercidas pelos dois capitães-regentes, eleitos a cada seis meses pelo Conselho Grande e Geral. Representantes da Embaixada do Brasil em Roma costumam estar presentes nas cerimônias de posse dos capitães-regentes. Os capitães-regentes presidem reuniões do Conselho Grande e Geral, tendo a assistência de nove secretários de estado, além do secretário de relações exteriores.

O Congresso de Estado é o órgão responsável por exercer o poder executivo em San Marino. É formado por dez Secretários de Estado à frente das pastas temáticas da administração pública.

O Conselho dos Doze é uma instituição histórica que remonta às origens do Estado samarinês, que até 2002 tinha autoridade de corte constitucional e de poderes administrativos. Atualmente, somente tem autoridade executiva, com poder de autorizar a compra de direitos de propriedade por estrangeiros. O Conselho dos Doze é eleito pelo Conselho Grande e Geral no começo de cada legislatura.

A corte constitucional é chamada de Conselho dos Garantidores da Constitucionalidade e de Normas Gerais, estabelecida em 2002, é formada por seis juízes, com mandatos de quatro anos, eleitos pelo Conselho Grande e Geral, por maioria de 2/3 dos votos.

Histórico

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de autogoverno, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma

progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patrícias. Tal situação perdurou até 1906, quando o “Arengo”, a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de César Borgia, “condottiere” italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emília-Romanha; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o “Risorgimento”, como ficou conhecido o movimento de unificação da Itália. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino face à Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada por tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patrícias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No Pós-Guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Democrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve conjuntura séria crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu longo período, de vinte anos, de governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, por meio de legislação aprovada em 1974.

A partir de 2000, verificou-se período de certa instabilidade política, com frequentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, por meio de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Europeia e a reformas institucionais.

Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais, realizadas em 9 de novembro de 2008. Na ocasião, após reforma eleitoral, concorreram duas listas: a “Reforma e Liberdade” (de centro-esquerda, formada pelo Partido dos Socialistas e Democratas, Democratas de Centro e Esquerda Unida) e o “Pacto por San Marino” (que engloba desde a centro-esquerda à centro-direita, incluindo a Aliança Popular, a Lista da Liberdade, o Partido Democrata Cristão Samarinês e a União Samarinense dos Moderados). Vitoriosa, com 54,23 % dos votos, a coligação “Pacto por San Marino” compôs novo Governo, empossado em 3 de dezembro de 2008.

Em 2012, três listas concorreram nas eleições. A lista “San Marino Bem Comum”, que congrega o Partido Democrata Cristão Samarinês, os Democratas de Centro e Esquerda Unida e a Aliança Popular, obteve 50,7% dos votos, garantindo a maioria absoluta do Conselho. A lista “Coalizão pelo País”, capitaneada pelo Partido Socialista, foi votada por 22,28% dos eleitores. Em terceiro lugar ficou a lista “Cidadania Ativa”, cujo principal partido é o “Esquerda”.

Em 2016, as eleições foram bastante acirradas, de modo que foi necessário um segundo turno para definir qual lista teria a maioria. Nessa ocasião o “Adesso.sm” ganhou com 58% dos votos, tendo “San Marino em primeiro lugar” como segundo colocado. A coalizão vencedora é formada por

Partido Democrata Cristão Samarinês, Partido Socialista, Partido dos Socialistas e Democratas e República Futura.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino. Compreensivelmente, as prioridades da chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local. Vigora com a União Europeia um acordo monetário, pelo qual San Marino adotou o euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

Em abril de 2010, San Marino adotou, em matéria alfandegária, a Decisão n.º 01/2010 “Omnibus” do Comitê de Cooperação União Europeia-San Marino, que reconfirma a plena vigência do acordo com a União Européia, pelo qual são recepcionados no ordenamento jurídico de San Marino os dispositivos legais referentes à união aduaneira com a UE.

Em 1988, San Marino ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). Em junho de 2010, o Parlamento de San Marino aprovou a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, e a ratificação do Protocolo Adicional àquela Convenção para combater o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea. O país também é membro de outras organizações internacionais, como FMI, Banco Mundial, OMS e OSCE.

Por natural, as relações bilaterais mais importantes de San Marino são com a Itália, e foram as que mais progrediram nos últimos dois anos. Em 13 de junho de 2016, o então presidente Giorgio Napolitano realizou visita oficial a San Marino, a primeira de um chefe de estado italiano ao país em 24 anos. O motivo principal foi celebrar os 75 anos do tratado de amizade entre as nações, mas as condições que permitiram o evento aconteceram a partir da retirada, após 15 anos, de San Marino da “lista negra” em questões financeiras e tributárias.

O chanceler Pasquale Valentini declarou que a visita de Napolitano “abriu uma nova era de cooperação entre os dois países”. Em sua última visita oficial a Roma, em junho de 2016, declarou que San Marino continua a adaptar-se aos padrões internacionais de transparência e cooperação na troca de informações para combate aos crimes financeiros.

A Itália, por sua vez, pretende atuar mais efetivamente como interlocutora de San Marino com as instituições da União Europeia. Atualmente está em negociação um acordo de associação entre a União Europeia e os pequenos estados de San Marino, Andorra e Mônaco. É possível que haja a revisão do Acordo de Amizade e Boa Vizinhança com a Itália, firmado em 1939, e ainda a principal base das relações de San Marino com o Estado que o circunda. Ajustes no acordo seriam importantes para a conclusão do acordo de associação com a UE. As relações bilaterais entre os vizinhos passam por um bom momento, simbolizado pela recente visita a San Marino do ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Enzo Moavero Milanesi, em agosto passado. Havia dez anos que um chanceler italiano não realizava visita oficial a San Marino.

Em 2018, o país assinou o Tratado para a Proibição de Armas Nucleares. No contexto europeu, somente a Áustria também assinou o acordo, por relutância dos demais países comprometerem-se com o mencionado tratado em função de seus acordos militares.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia samarinesa

A base da economia de San Marino é o turismo. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber: industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e de serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, indústria leve, cerâmica, além da filatelia e numismática.

Os efeitos da crise financeira internacional foram particularmente severos para a economia samarinesa. A contração econômica da Itália – destino de 85% das exportações samarinesas – refletiu-se de forma intensa em San Marino. De 2008 a 2014, a economia do país contraiu-se 6,5% ao ano – o que se traduz em perda de cerca de um terço do PIB nacional. A partir de 2015, a economia retomou o crescimento, tendo alcançado 1,9% de expansão do PIB em 2017.

A crise econômica elevou a dívida pública para valor equivalente a mais de 25% do PIB. Até 2007, o débito do estado samarinês era de cerca de 10% do PIB e a dívida líquida era negativa.

Exemplo do alto grau de dependência da economia de San Marino em relação à Itália foi a acentuada queda do PIB registrada em 2009, como resultado dos esforços do Governo italiano pela repatriação de capital ilegalmente enviado para fora da Itália. As relações entre San Marino e a Itália ficaram abaladas pelo esquema de repatriação de fundos, cujos efeitos foram classificados como “devastantes” pelas autoridades locais, que registraram a retirada de 35% do total de depósitos bancários do país. Na época, o então Ministro da Economia e das Finanças da Itália, Giulio Tremonti, classificou San Marino como “paraíso fiscal e destino de capital ilícito”.

Em resposta à pressão italiana, o Governo de San Marino reforçou as normativas do setor financeiro e afrouxou as regras de sigilo bancário, incrementando os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Atualmente, San Marino conta com 66 empresas no setor financeiro e de seguros – número próximo à metade do total registrado em 2009. Essas instituições têm buscado encontrar novas fórmulas e modelos para a atração de capital estrangeiro, de acordo com as regras atualmente em vigor. De acordo com dados do FMI, 40% dos empréstimos do sistema bancário samarinês são considerados créditos

deteriorados (“non-performing loans”). As dificuldades dos bancos levaram o governo a fornecer recursos equivalentes a 13% do PIB ao sistema financeiro local.

Para a Receita Federal do Brasil, San Marino inclui-se entre os países com regime de “tributação favorecida”, de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010, da Receita Federal. Não obstante, o país foi retirado da lista de paraísos fiscais da OCDE em 2009, apesar de não ter implementado totalmente os padrões de taxação da organização. Em 2010, San Marino assinou acordos de troca de informações com várias grandes economias, tendo assinado, em 2012 acordo monetário com a EU e incluído, em 2014, na zona única de pagamentos em euros. Em 2019, os ministros de finanças da UE declararam o país como “inteiramente cooperativo em assuntos tributários”, após a assinatura de um acordo para a troca de informações de informações financeiras e para conformidade fiscal, em 2016. Com o Brasil, em 2016, foi assinado Acordo bilateral para Troca de Informações Tributárias com San Marino.

San Marino vê-se diante da necessidade de implementar mudanças na legislação trabalhista, hoje bastante rígida quanto à atração de mão-de-obra especializada. Atualmente, o mercado de trabalho é marcado pela baixa produtividade e por elevados salários médios. A taxa de desemprego saltou de 3,3% de 2006 para 9,2% em 2015, apesar de ter recuado recentemente para cerca de 8%.

Em 2018, o país cogitou recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em busca de ajuda para salvar seu sistema financeiro, ainda afetado pelos reflexos da crise global de 2008, além de restrições mais duras por parte da Itália em relação à movimentação bancária entre os dois países, não obstante, tal medida ainda não foi concretizada.

As relações com a Itália são essenciais para a recuperação econômica de San Marino. A Itália é destino de 79% das exportações do país (1.2 bilhão de euros em 2017). Além disso, o sistema bancário de San Marino era, tradicionalmente, considerado um lugar seguro para guardar as economias de nacionais italianos. Entretanto, as iniciativas do governo italiano para recuperar ativos no exterior (escudo fiscal) provocaram a repatriação de 4

bilhões de euros então depositados em bancos samarineses, o que debilitou o setor financeiro do país.

Comércio exterior

Entre 2010 e 2018, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 59%, porém observa-se um declínio nas exportações brasileiras, que praticamente foram nulas em 2018, tendo registrado o valor de US\$ 130 mil. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 6 milhões em 2010 para US\$ 9,6 milhões em 2018.

“Enchidos de carne” foram os principais itens brasileiros exportados para San Marino em 2018. Nos anos anteriores, destacaram-se calçados, vestuários femininos e madeira compensada. A seu turno, as importações brasileiras originárias de San Marino apresentaram alto grau de concentração. Os farmacêuticos somaram aproximadamente 90% das compras em 2018, seguidos de máquinas mecânicas.

Investimentos

Não há registro de investimentos bilaterais.

CRONOLOGIA HISTORICA	
1815	Movimento de independência de San Marino incorpora a Terceira Guerra da Independência Italiana (<i>Risorgimento</i> Italiano).
1815 - 1825	Capitão-Regente Antonio Onofri encabeça o movimento de liberdade, reconhecido após o seu falecimento, em fevereiro de 1825, como o “Pai da Pátria” de San Marino.
1849	San Marino desempenha funções de porto e abrigo para refugiados e futuros combatentes da Guerra de Independência, como Giuseppe Garibaldi, em 1849.
1849	Austria invade territórios de San Marino em agosto de 1849, para revistar casas e à procura de insurgentes da independência.
1854	Proclamação do Reino da Itália. A região de San Marino e seus esforços são lembrados por Garibaldi ao Rei.

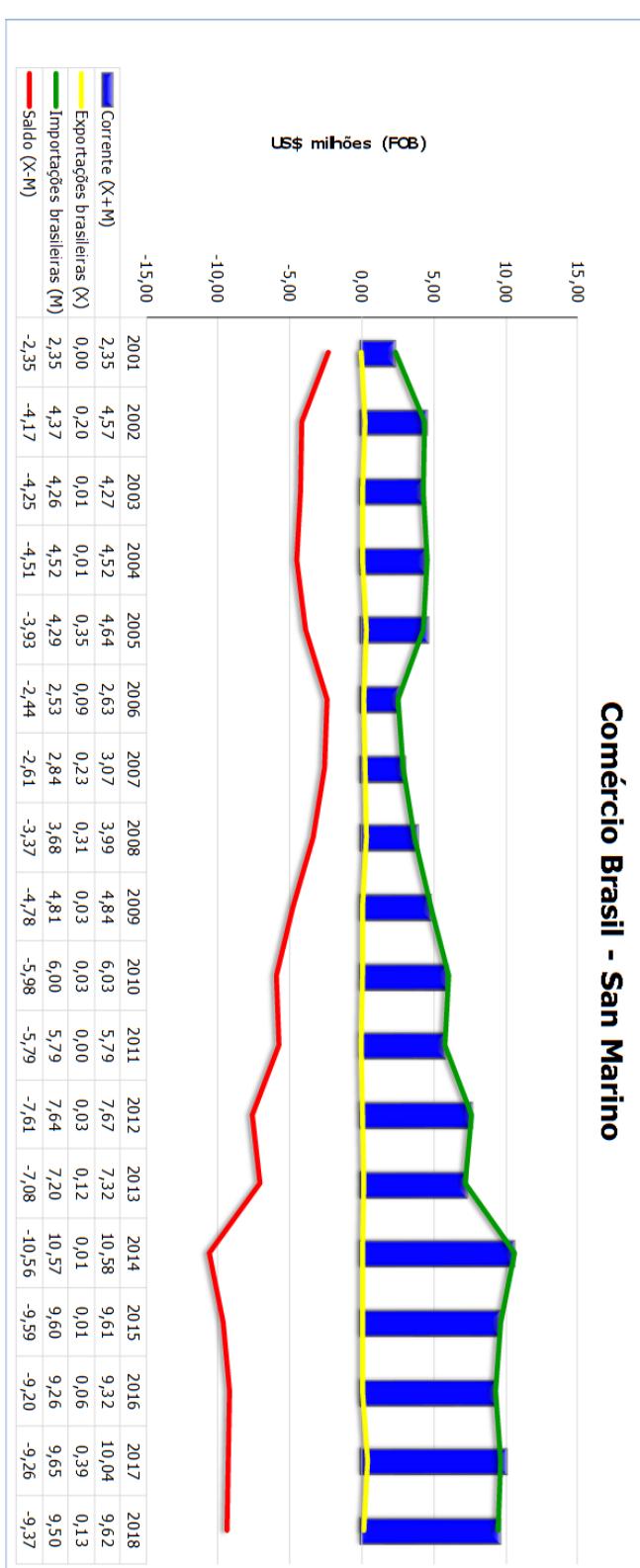
1862	San Marino firma um acordo com o Reino da Itália, estabelecendo relações mútuas de estima, respeito e boa vizinhança. O Acordo também promulga a soberania e independência do Estado de San Marino.
1906	“Arengo”, a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1984	Estabelecimento formal de relações bilaterais.
2002	Embaixada do Brasil em Roma (Itália) passa a ser cumulativamente responsável pela representação do país junto a San Marino.
2002	Elevação do Consulado-Honorário de San Marino em São Paulo a Consulado-Geral de San Marino em São Paulo.
2015	Visita do secretário de Estado da Educação e da Cultura de San Marino, Giuseppe Maria Morganti ao Brasil. Foi a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil.
2016	Por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, os então capitães-regentes, Gian Nicola Berti e Massimo Andrea Ugolini visitaram o Brasil, acompanhados do secretário de estado de Turismo, Políticas Juvenis e Esporte, Teodoro Lonfernini; do embaixador não residente, Filippo Francini; e da responsável do Cerimonial Diplomático, Silvia Berti.

ATOS BILATERAIS			
Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo sobre Relações Consulares	14/12/1984	14/12/1984	14/12/1984
Acordo para intercâmbio de informações sobre matéria tributária	31/03/2016	Em tramitação na Casa Civil	

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Comércio Brasil - San Marino

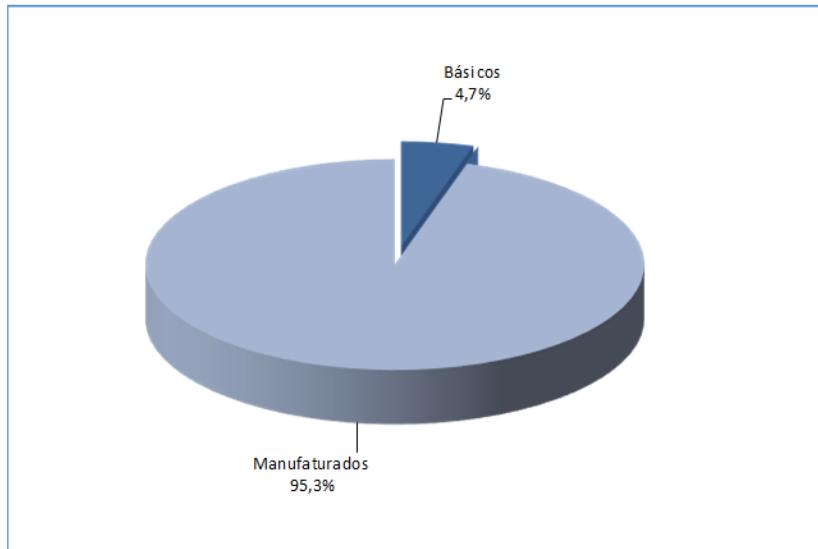


2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-mar)	0,03	2,56	2,59	-2,53
2019 (jan-mar)	0,02	2,71	2,74	-2,69

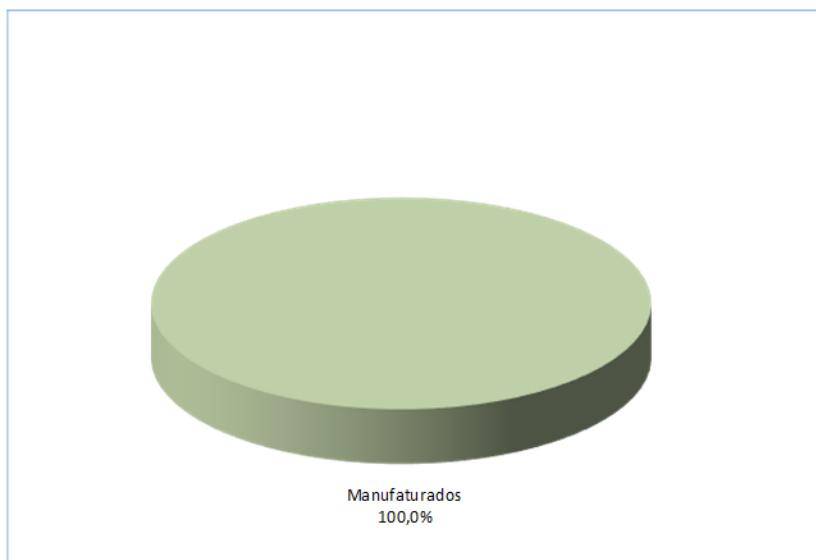
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDTC. Abril de 2019.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



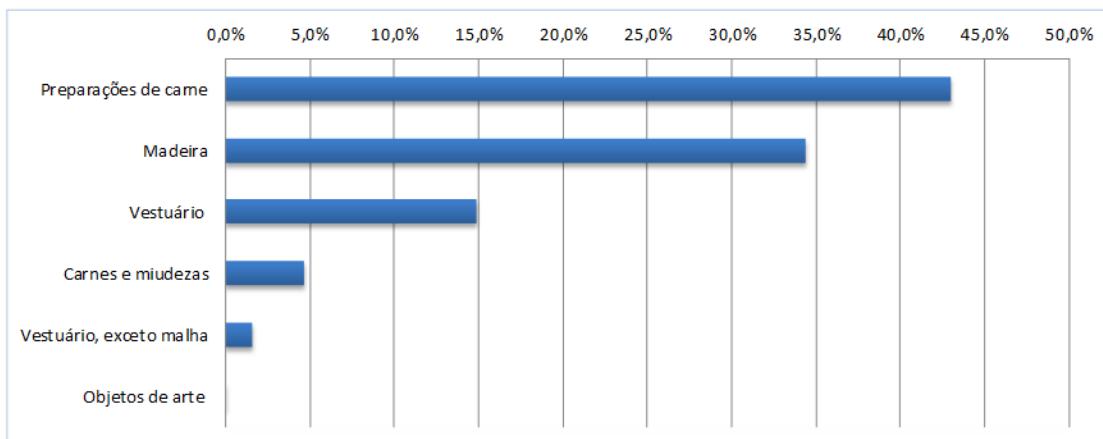
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para San Marino
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carne	0,02	37,5%	0,17	44,6%	0,06	43,0%
Madeira	0,00	0,0%	0,02	4,6%	0,04	34,4%
Vestuário	0,00	1,8%	0,01	2,3%	0,02	14,8%
Carnes e miudezas	0,00	1,8%	0,01	1,3%	0,01	4,7%
Vestuário, exceto malha	0,00	0,0%	0,00	0,3%	0,00	1,6%
Objetos de arte	0,00	0,0%	0,16	39,7%	0,00	0,0%
Subtotal	0,02	41,1%	0,36	92,8%	0,13	98,4%
Outros	0,03	58,9%	0,03	7,2%	0,00	1,6%
Total	0,06	100,0%	0,39	100,0%	0,13	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

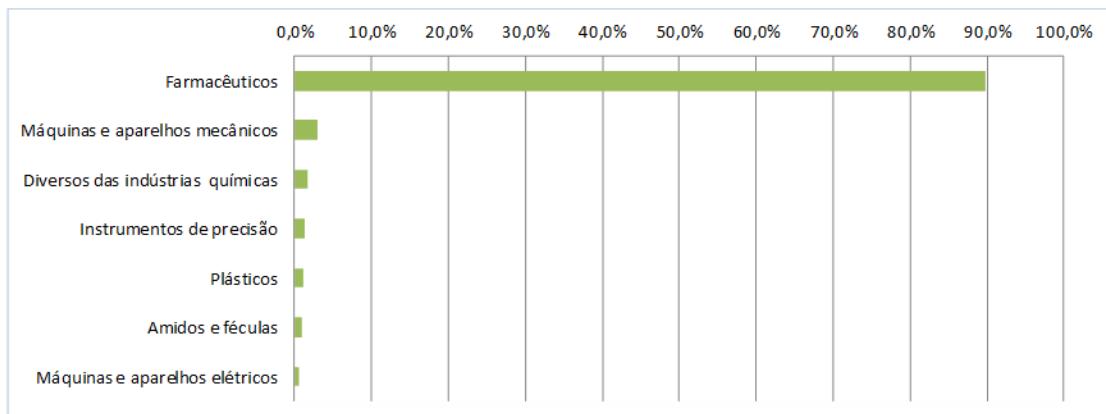


Composição das importações brasileiras originárias de San Marino
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	8,79	95,0%	8,82	91,4%	8,53	89,8%
Máquinas e aparelhos mecânicos	0,15	1,6%	0,38	3,9%	0,29	3,1%
Diversos das indústrias químicas	0,09	0,9%	0,08	0,8%	0,15	1,6%
Instrumentos de precisão	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,13	1,4%
Plásticos	0,14	1,6%	0,17	1,7%	0,10	1,1%
Amidos e féculas	0,00	0,0%	0,01	0,1%	0,09	0,9%
Máquinas e aparelhos elétricos	0,00	0,0%	0,09	0,9%	0,06	0,6%
Subtotal	9,18	99,1%	9,54	98,9%	9,35	98,5%
Outros	0,08	0,9%	0,11	1,1%	0,14	1,5%
Total	9,26	100,0%	9,65	100,0%	9,50	100,0%

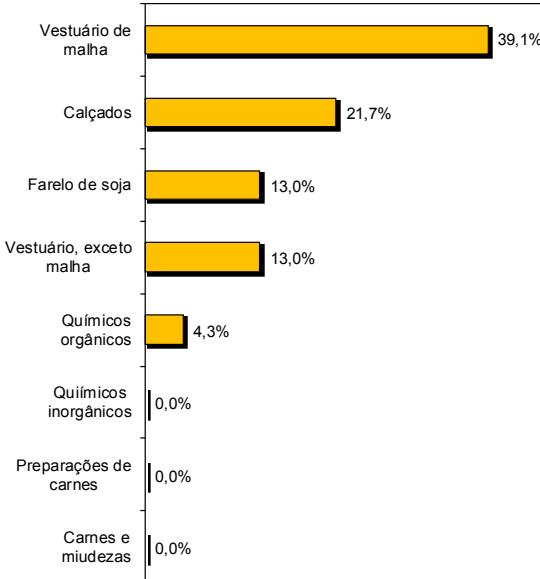
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018

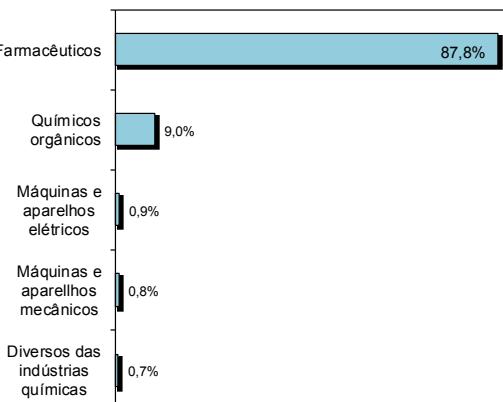


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Vestuário de malha	0,000	0,0%	0,009	39,1%	Vestuário de malha
Calçados	0,000	0,0%	0,005	21,7%	Calçados
Farelo de soja	0,000	0,0%	0,003	13,0%	Farelo de soja
Vestuário, exceto malha	0,000	0,0%	0,003	13,0%	Vestuário, exceto malha
Químicos orgânicos	0,000	0,0%	0,001	4,3%	Químicos orgânicos
Quiímicos inorgânicos	0,000	0,0%	0,000	0,0%	Quiímicos inorgânicos
Preparações de carnes	0,026	86,7%	0,000	0,0%	Preparações de carnes
Carnes e miudezas	0,003	10,0%	0,000	0,0%	Carnes e miudezas
Subtotal	0,029	96,7%	0,021	91,3%	
Outros	0,001	3,3%	0,002	8,7%	
Total	0,030	100,0%	0,023	100,0%	



Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Farmacêuticos	2,31	90,3%	2,38	87,8%	Farmacêuticos
Químicos orgânicos	0,00	0,0%	0,25	9,0%	Químicos orgânicos
Máquinas e aparelhos elétricos	0,03	1,0%	0,03	0,9%	Máquinas e aparelhos elétricos
Máquinas e aparelhos mecânicos	0,07	2,9%	0,02	0,8%	Máquinas e aparelhos mecânicos
Diversos das indústrias químicas	0,03	1,3%	0,02	0,7%	Diversos das indústrias químicas
Subtotal	2,44	95,5%	2,69	99,3%	
Outros produtos	0,12	4,5%	0,02	0,7%	
Total	2,56	100,0%	2,71	100,0%	



Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais indicadores socioeconômicos de San Marino

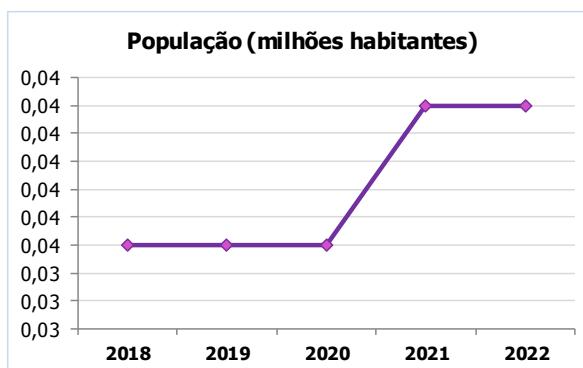
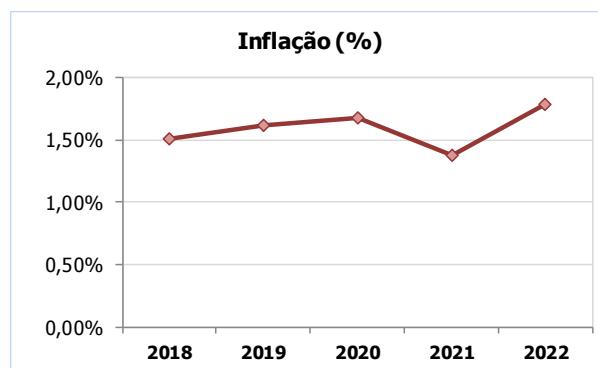
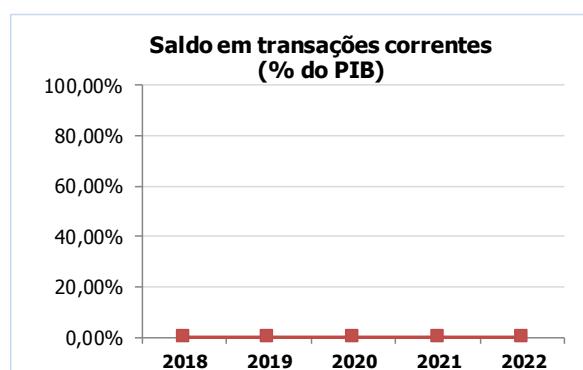
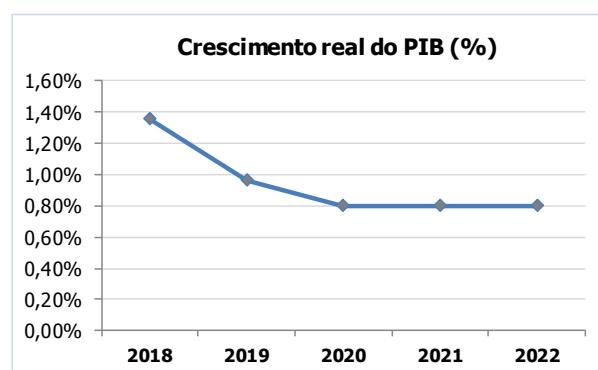
Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	1,36%	0,96%	0,80%	0,80%	0,80%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,77	1,79	1,85	1,90	1,96
PIB nominal "per capita" (US\$)	50.903	51.028	52.475	53.579	54.879
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,14	2,21	2,27	2,33	2,39
PIB PPP "per capita" (US\$)	61.579	63.045	64.299	65.548	66.821
População (milhões habitantes)	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
Desemprego (%)	8,2%	0,3%	8,3%	8,3%	8,3%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,50%	1,61%	1,67%	1,37%	1,79%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			0,1%		
Indústria			39,2%		
Serviços			60,7%		

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

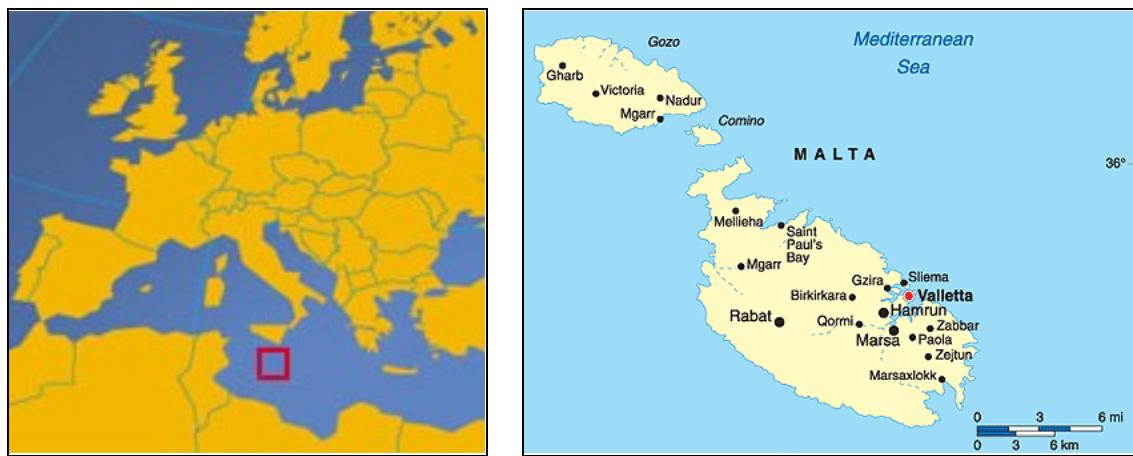
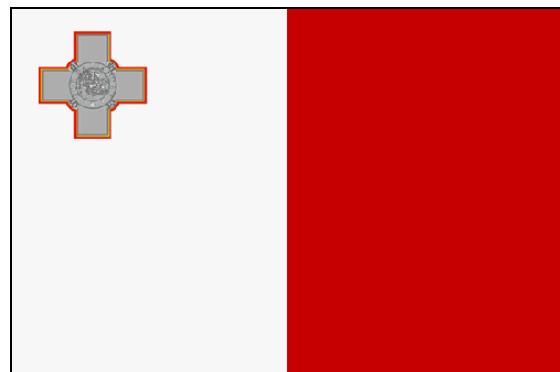
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão de Europa-III

MALTA



OSTENSIVO
Abril de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE MALTA

NOME OFICIAL:	Repubblika ta' Malta Republic of Malta República de Malta
CAPITAL:	Valeta
ÁREA:	320 km ²
POPULAÇÃO: (2017)	467.999 habitantes (BM)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Maltês e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Parlamento de Malta (Il-Kamra Tad-Deputati)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Vella (desde 04/04/2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Joseph Muscat (desde 11/03/2013)
CHANCELER:	Carmelo Abela
PIB NOMINAL (2017):	US\$ 12,52 bilhões (BM)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP): (2017)	US\$ 19,09 bilhões (BM)
PIB PER CAPITA: (2017)	US\$ 26.748 (BM)
PIB PPP PER CAPITA: (2017)	US\$ 40.796 (BM)
VARIAÇÃO DO PIB:	6,4% (2017); 5,2% (2016); 9,2% (2015); 8,1% (2014) (BM)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH): (2017)	0,839 (37º entre 188 países) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA: (2017)	82,4 anos (16º) (BM)
ALFABETIZAÇÃO: (2011)	93,3% (BM)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019)	3,5% (Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR MALTÊS (residente em Malta):	Pius Camilleri (desde 01/09/2015)
EMBAIXADOR BRASILEIRO (residente em Roma):	Antônio de Aguiar Patriota (cumulatividade com Itália)

INTERCÂMBIO BILATERAL

	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	43.765	43.967	61.296	38.572	68.064	97.430	35.854	30.433
Exportações	17.932	25.868	27.409	15.468	18.647	20.867	15.426	13.685
Importações	25.834	18.100	33.887	23.104	49.417	76.563	20.428	16.748
Saldo	-7.902	7.768	-6.478	-7.637	-30.770	-55.696	-5.002	-3.062

US\$ bilhões (FOB)

Informação elaborada em 26/04/2019 por Márcio dos Anjos. Revisada em 26/04/2019 por Marcela Pompeu.

APRESENTAÇÃO

A República de Malta localiza-se a 93 km ao sul da ilha da Sicília (Itália) e é composta por três ilhas habitadas – Malta, Gozo e Comino. Com cerca de 430 mil habitantes concentrados em uma área de pouco mais de 300km², é um dos países mais densamente povoados do mundo.

Ao longo da história, a localização de Malta, na região central do mar Mediterrâneo, conferiu-lhe grande importância estratégica. Por volta do ano 1000 a.C., as ilhas converteram-se em posto fenício. Em 736 a.C., foram ocupadas pelos gregos e, em 400 a.C., pelos cartagineses. Em 218 a.C., passaram a pertencer ao Império Romano.

Com a divisão do Império Romano em 395 d.C., Malta passou ao domínio de Constantinopla (Império Romano do Oriente). O Império Bizantino controlou-a até 870, quando foi conquistada pelos árabes muçulmanos, que influenciaram seu idioma e cultura.

Em 1090, o conde Rogério I da Sicília conquistou Malta e submeteu-a ao domínio do Reino da Sicília. Em 1266 as ilhas, junto com a Sicília, passaram ao domínio de Carlos I de Anjou, que as cedeu em 1283 a Pedro III de Aragão.

Em 1530, as ilhas foram cedidas pela Espanha à Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém. Esta ordem monástica, hoje conhecida como "Ordem de Malta", governou Malta até 1798.

Em 1798, forças napoleônicas ocuparam Malta. Em 1800, foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. Ganhou independência em 1964 e tornou-se república em 1974.

Em 1979, os britânicos retiraram-se da base militar de Pembroke, pondo fim a mais de 150 anos de presença na ilha. A influência inglesa faz-se presente em diversas áreas como organização pública, tráfego ("mão inglesa"), arquitetura e outras. Em relação à religião, a população é predominantemente católica romana (98%). O inglês é utilizado como língua oficial do país, porém a população comunica-se cotidianamente em maltês, idioma de origem árabe, com influência italiana.

Malta tornou-se membro da União Europeia em 2004, do Espaço Schengen em 2007 e da Zona do Euro em 2008.

PERFIS BIOGRÁFICOS

George Vella Presidente da República



Nasceu em 24/04/42 em Żejtun. Formou-se em Medicina pela Universidade de Malta. Foi eleito deputado 8 vezes pelo Partido Trabalhista desde 1978. Foi ministro das Relações Exteriores e Vice primeiro-ministro. Foi eleito por unanimidade pelo parlamento e assumiu a presidência da República em 4 de abril de 2019.

Joseph Muscat Primeiro-Ministro



Nasceu em 22/01/74 em Pietà. Formou-se em política pública pela Universidade de Malta. Em 2004, foi eleito deputado ao Parlamento Europeu. Em 2008, foi eleito presidente do Partido Trabalhista (Partit Laburista, PL) e retornou ao parlamento maltês como chefe da oposição. Na sequência da vitória dos trabalhistas nas eleições gerais de 2013, Muscat tornou-se primeiro-ministro aos 39 anos. Em junho de 2017, foi reeleito ao cargo.

Carmelo Abela
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Promoção Comercial



Nasceu em 10/02/72 em Malta. Foi eleito ao Parlamento nas eleições de 1998, 2003, 2008 e 2013. Em 2014, tornou-se ministro do Interior e da Segurança Nacional. Foi eleito ao cargo atual em 08/06/17.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto à República de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma (anteriormente era cumulativa com a embaixada em Trípoli, Líbia). O tratamento dos assuntos malteses no Brasil, que no passado esteve a cargo da Embaixada de Malta em Washington, cabe atualmente a embaixador residente em Valletta.

No início do conflito de 2011 na Líbia, a colaboração do governo maltês foi fundamental para a retirada de mais de 3.200 funcionários de empresas brasileiras instaladas naquele país. O governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território e permitiu o trânsito dos demais funcionários da empresa, de outras nacionalidades. Foram muito apreciadas no Brasil a compreensão e a disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, açãoadas em caráter de emergência, dada a natureza humanitária da operação.

Malta possui dois Consulados Honorários no Brasil, em Recife e São Paulo, os únicos na América Latina, e o Brasil possui Consulado Honorário em Valletta (exequatur concedido à cônsul Maria Cidalia Tojeiro Kok em 9 de abril de 2018). Em 2013, o país solicitou anuência do governo brasileiro para a abertura de Consulado-Geral em São Paulo, mas sua instalação ainda não foi efetivada.

Há interesse recíproco em aumentar a fluidez e maturidade do diálogo político entre os dois países, do que é fruto a assinatura, em 2016, de Memorando

de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais. Malta expressou, em diversas ocasiões, o interesse em negociar acordos para evitar a dupla tributação com o Brasil. A iniciativa, porém, não prosperou, pois o país figura na lista da Receita Federal de países com regimes fiscais privilegiados.

Em 2009, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantiveram reunião em Istambul, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações. Em 2012, o então ministro da Defesa, Celso Amorim, manteve reunião, em Malta, com o então chanceler Tonio Borg. Em 2017, o ministro da Saúde de Malta, Christopher Fearne, participou, em São Paulo, do “World Hepatitis Summit” (1-3/11/17). Em 21/03/2018, o embaixador em Roma manteve encontro com o chanceler Abela, na qual este afirmou ter projeto de inaugurar, em sua gestão, a Embaixada de Malta em Brasília, bem como o Consulado-Geral em São Paulo.

Em março de 2018, o ministro maltês da Energia e Gestão Hídrica, Joe Mizzi, esteve em Brasília para participar do 8º Fórum Mundial da Água (18-23/03/2018).

Em 12/06/2018, teve lugar, em La Valletta, a reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Malta. A reunião estava prevista no Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais, assinado em maio de 2016, que é o único acordo bilateral firmado entre os países. Na ocasião, o Brasil agradeceu o interesse de Malta pela abertura de embaixada em Brasília e identificaram-se áreas promissoras para a cooperação bilateral, dentre as quais turismo, esporte e cultura. A próxima reunião do mecanismo deverá ocorrer em Brasília, em data a ser definida.

POLÍTICA INTERNA

Malta é uma república parlamentarista. O presidente é eleito pelo Parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e tem 65 membros eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional, para mandatos de 5 anos. O atual presidente da Câmara é o deputado Anglu Farrugia.

A década de 1980 foi marcada, em Malta, por pequenos episódios de violência política, mas a situação normalizou-se no começo dos anos 1990. A ascensão do Partido Nacionalista (que se manteve no poder de 1987 a 2012, à exceção de período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou à gradual diminuição do papel do estado na economia.

A discussão sobre a adesão ou não à União Europeia dominou a política do país por mais de uma década. Em 2003, Malta decidiu, em referendo, a favor da

adesão (com 53%). A decisão foi confirmada pouco depois, quando o Partido Nacionalista, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o Partido Trabalhista, então contrário à adesão. Malta tornou-se membro da UE em maio de 2004. Em 2005, estabeleceu-se a paridade da lira maltesa em relação ao euro, que foi adotado como moeda local em janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos, o Partido Nacionalista e o Partido Trabalhista, com níveis de apoio equivalentes na sociedade. Após 15 anos na oposição, em março de 2013, o Partido Trabalhista voltou ao poder sob a liderança de Joseph Muscat. A vitória dos trabalhistas sobre o Partido Nacionalista deu-se pela maior margem de votos já registrada em Malta (12 pontos percentuais). Durante a campanha, Muscat moveu o partido em direção ao centro, obtendo os votos de eleitores descontentes com o Partido Nacionalista. Entre suas principais promessas estavam o combate à corrupção e a redução do preço da energia em Malta em 25%.

No passado, o Partido Trabalhista era contrário à adesão à UE, mas a atual visão do Governo é de que o país se beneficiou e ganhou peso político com a adesão. A adesão ao Espaço Schengen acirrou, porém, problemas de imigração, cujos debates passaram a ser tema central da política interna maltesa.

O governo trabalhista do primeiro-ministro Joseph Muscat (2013-2017; 2017-) tem valorizado a Agenda 2030 e priorizado ações de erradicação da pobreza, promoção dos direitos humanos e empoderamento dos cidadãos, com ênfase em grupos vulneráveis, com vistas à inclusão, à mobilidade e à justiça sociais. Malta tem experimentado crescimento econômico acelerado (média de 7% nos últimos cinco anos; projeção de crescimento de 5,7% em 2018) e a taxa de desemprego é uma das menores entre os países da UE (3,5%, em janeiro de 2018). O governo trabalhista tem empreendido medidas com vistas à conciliação da vida profissional e familiar (gratuidade de creches para todos os trabalhadores), com efeitos positivos sobre a igualdade de gênero.

POLÍTICA EXTERNA

O foco da ação externa de Malta é o fortalecimento do papel do país na União Europeia e, em particular, na área do Mediterrâneo. A presidência de turno maltesa da UE, no primeiro semestre de 2017, permitiu ao país aumentar sua visibilidade e projeção regional, em especial após a Cúpula de Valletta sobre migrações (03/02/2017) e a Cúpula de Roma (25/03/2017).

Por integrar a zona Schengen, Malta encontra-se exposta a pressões associadas ao tráfego de migrantes pela rota do Mediterrâneo Central. Malta e Itália tiveram alguns desentendimentos sobre a responsabilidade de ajudar a refugiados e imigrantes resgatados no mar entre a Sicília e Malta. Em 2013, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou ter Malta dispensado tratamento degradante a dois imigrantes detidos e condenou o país a pagar reparação.

Em 2017, em visita a Malta (13-14/09), o presidente da Itália, Sergio Mattarella, afirmou haver sintonia entre os dois países “em todas as questões europeias e internacionais” e agradeceu ao governo maltês por acolher a cota de migrantes acordada no âmbito da União Europeia. No entanto, o avanço da centro-direita italiana, nas eleições de 4 de março de 2018, alimentou preocupações de autoridades maltesas sobre possível aumento de migrantes a Malta.

Devido à proximidade geográfica com a Líbia (a cerca de 340km de Trípoli), Malta acompanha com interesse a situação política e securitária no país. Após o recrudescimento do conflito civil líbio em 2014, as atenções do governo maltês voltaram-se para o combate ao terrorismo e para a superação da crise migratória. O país chegou a declarar apoio à coalizão internacional contra o autoproclamado “Estado Islâmico” e sediou, em nov/2015, a cúpula de Valletta sobre migrações. Na ocasião, líderes africanos e europeus concordaram quanto à responsabilidade compartilhada pelo fenômeno migratório. Também foi anunciada a criação de um Fundo Fiduciário da UE de Emergência para a estabilidade e o tratamento das causas da migração irregular e de deslocados internos na África, dotado, inicialmente, de EUR 1,8 bilhões. Em abr/2017, os países da UE, reunidos novamente em Malta, aprovaram plano de EUR 200 milhões com vistas a eliminar as migrações irregulares a partir do território líbio, por meio da intensificação do controle no Mediterrâneo e nas fronteiras líbias.

A gestão de recursos hídricos e a preservação dos oceanos são temas caros a Malta. Em outubro de 2017, Malta sediou a Conferência “Nosso Oceano”, organizada pela UE, ocasião em que o governo trabalhista anunciou compromissos voluntários com vistas a proteger 30% do total do território maltês, ao transformá-lo em Área de Proteção Marinha. O ministro de Energia e Gerenciamento Hídrico Joe Mizzi participou em Brasília do 8º Fórum Mundial da Água (18-23 de março de 2018). O discurso proferido pelo primeiro RP de Malta junto às Nações Unidas, há 52 anos, instando os países membros a considerar os recursos marítimos em águas internacionais como patrimônio comum da humanidade é considerado um marco na área. Nos anos seguintes, Malta impulsionou as negociações que culminariam na assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM/UNCLOS, 1982).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia de Malta é condicionada, em grande medida, pelas características geográficas do país: pequeno território, população restrita, insularidade e localização. No passado, as principais atividades econômicas estavam voltadas à navegação (construção, manutenção e abastecimento de navios). Após a independência, em 1964, Malta passou a desenvolver os setores de serviços financeiros, telecomunicações e turismo.

A crise econômica internacional teve efeitos relativamente limitados na economia maltesa. Após ter passado por recessão no ano de 2009 (com contração do PIB de 2,4%), o país conseguiu manter média de crescimento do PIB de 3,5% no período de 2010 a 2015. Em 2017, o crescimento foi de 6,9%.

O setor de serviços é o principal motor do crescimento econômico de Malta, responsável por mais de 80% do PIB. A indústria do turismo é a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, porém outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e responde por menos de 15% do PIB. Indústrias intensivas em mão-de-obra, como alimentos e o setor moveleiro, foram expostas à competição estrangeira, em decorrência da adesão à UE. A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) perderam importância. A contribuição destes setores para o PIB é inferior a 2%.

Desde o final dos anos 1990, Malta tem feito esforços para melhorar sua reputação como centro de serviços financeiros. Em 2000, foi retirada da lista de paraísos fiscais da OCDE. Para sua adesão à UE, em 2004, o país precisou reestruturar seu sistema financeiro e adequar sua legislação às regras comunitárias. Apesar disso, países extra-comunitários – entre os quais o Brasil e outros latino-americanos – apontam dificuldades para retirar Malta de suas listas de estados com legislação tributária favorecida, o que, no caso brasileiro, tem impedido a celebração de acordo para evitar a dupla tributação.

Malta tem grande dependência externa no setor energético: apesar de o país contar com potencial eólico e solar, sua matriz se apoia na importação de hidrocarbonetos. O petróleo corresponde a mais de 30% da pauta de importação de Malta. Em razão da dependência externa do setor de energia, a balança comercial maltesa é negativa.

Segundo dados oficiais malteses, o estoque de investimentos estrangeiros diretos no país correspondia, em 2014, a 136 bilhões de euros (mais de 1300% do

PIB).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

870	As ilhas foram conquistadas pelos árabes muçulmanos
1090	O conde Rogério I da Sicília conquistou Malta e submeteu-a ao domínio do Reino da Sicília
1283	Carlos I de Anjou cedeu Malta a Pedro III de Aragão
1518	O imperador Charles V consolida a unificação das coroas ibéricas e incorpora a ilha de Malta à Espanha
1530	As ilhas foram cedidas pela Espanha à Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém
1798	Napoleão Bonaparte invadiu e tomou Malta
1814	Como parte do Tratado de Paris, Malta tornou-se oficialmente parte do Império Britânico
1964	Malta tornou-se independente e se converteu em membro das Nações Unidas
1974	Malta tornou-se República
1979	Malta rompeu a aliança com o Reino Unido e pôs fim a 179 anos de presença britânica na ilha
1987	O Partido Nacionalista venceu as eleições
1990	O país solicitou formalmente adesão à União Europeia
2004	Passou a integrar formalmente a União Europeia
2008	Passou a adotar o Euro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

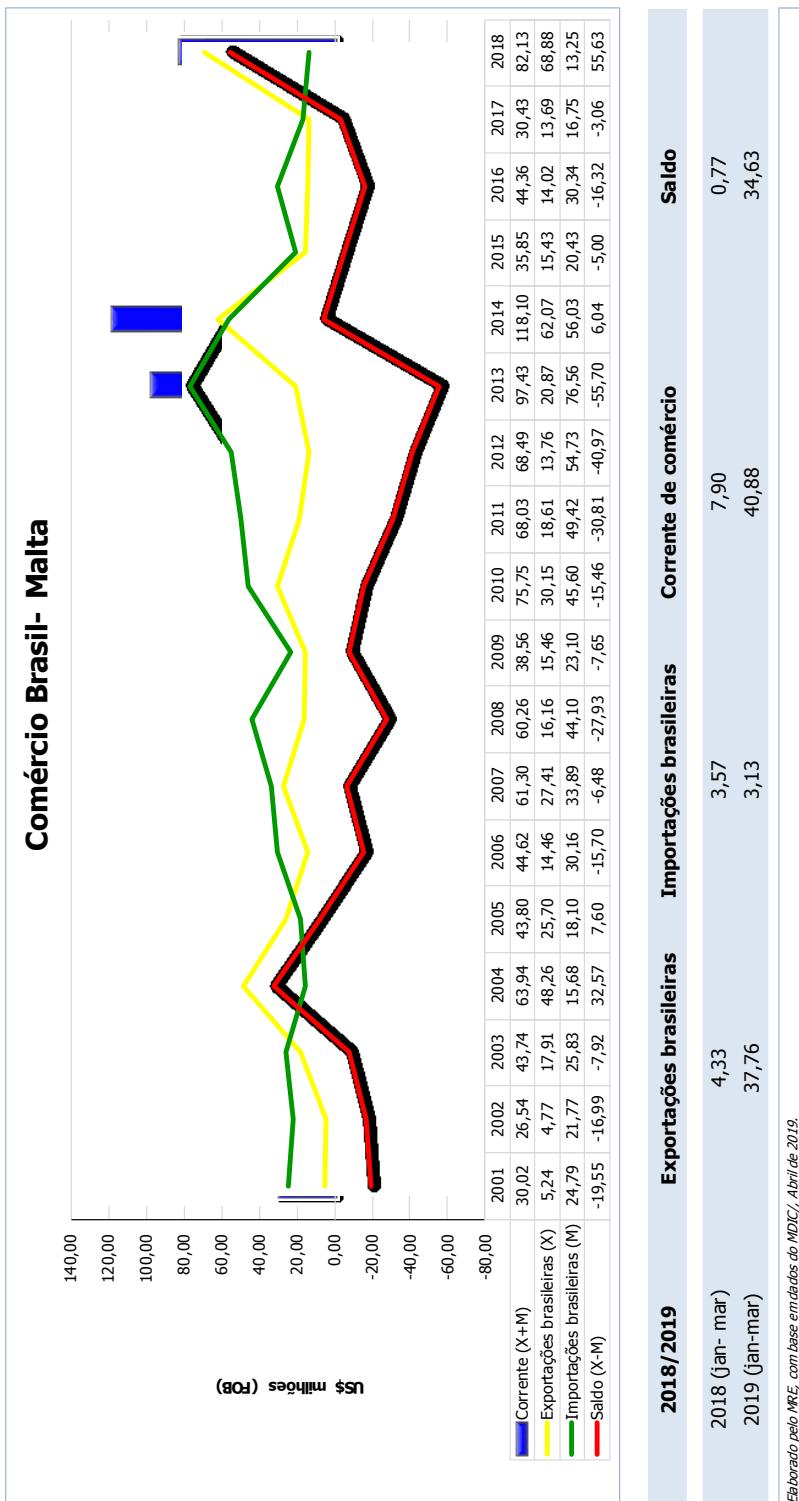
1975	Brasil e Malta estabelecem relações diplomáticas
2009	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantêm reunião em abril, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações (Istambul, Turquia).
2011	Malta auxilia na retirada de nacionais brasileiros na Líbia.
2012	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta reúnem-se em setembro, em Nova York, à margem da abertura da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

2016	Assinatura de Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais
2018	Realização da primeira reunião de Consultas Políticas (La Valeta, 12/06/2018)

ACORDOS BILATERAIS

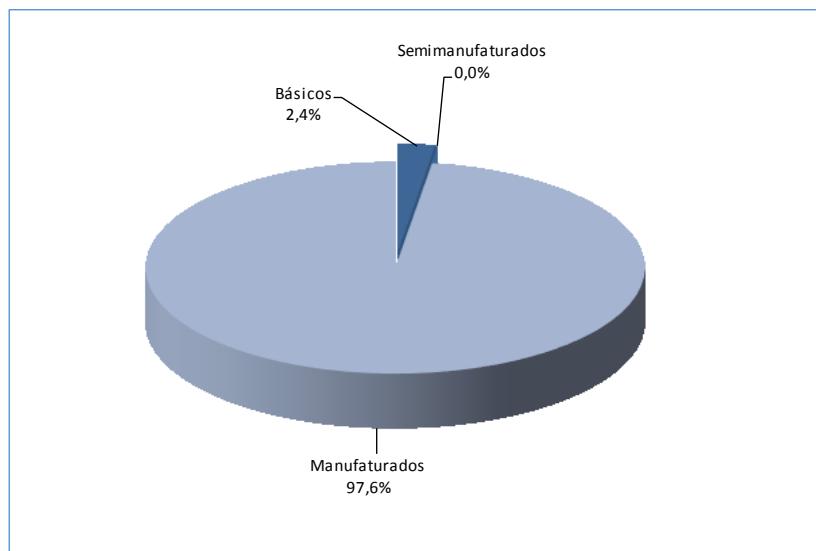
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	19/05/2016	Em Vigor
---	------------	----------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

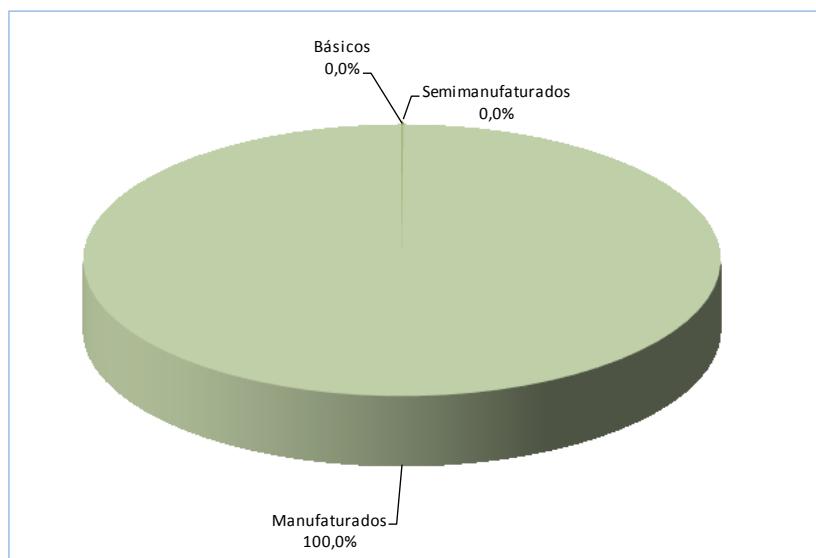


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



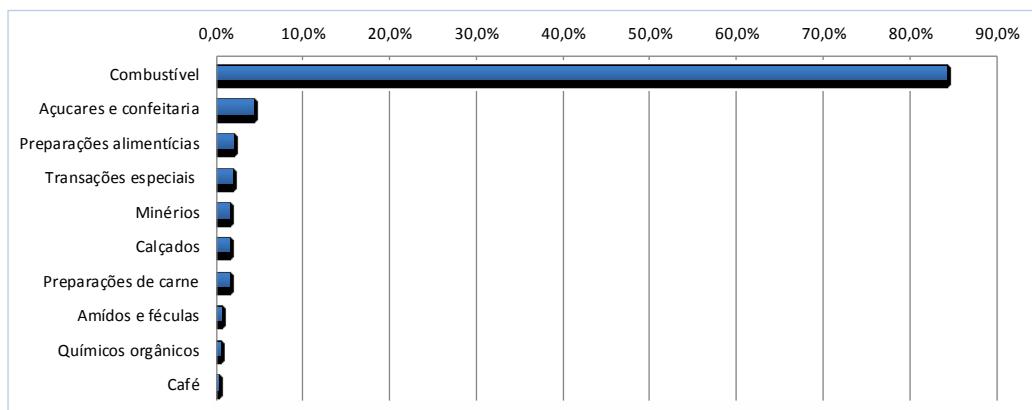
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para Malta
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustível	0,00	0,0%	0,00	0,0%	58,00	84,2%
Açucares e confeitaria	7,29	52,0%	6,55	47,9%	3,00	4,4%
Preparações alimentícias	0,96	6,8%	1,83	13,4%	1,38	2,0%
Transações especiais	1,46	10,4%	1,78	13,0%	1,23	1,8%
Minérios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,10	1,6%
Calçados	0,58	4,1%	0,56	4,1%	1,10	1,6%
Preparações de carne	1,25	8,9%	1,37	10,0%	1,09	1,6%
Amídios e féculas	0,43	3,1%	0,73	5,3%	0,40	0,6%
Químicos orgânicos	0,03	0,2%	0,03	0,2%	0,28	0,4%
Café	0,00	0,0%	0,14	1,0%	0,16	0,2%
Subtotal	11,98	85,5%	12,99	94,9%	67,74	98,3%
Outros	2,03	14,5%	0,70	5,1%	1,14	1,7%
Total	14,02	100,0%	13,69	100,0%	68,88	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

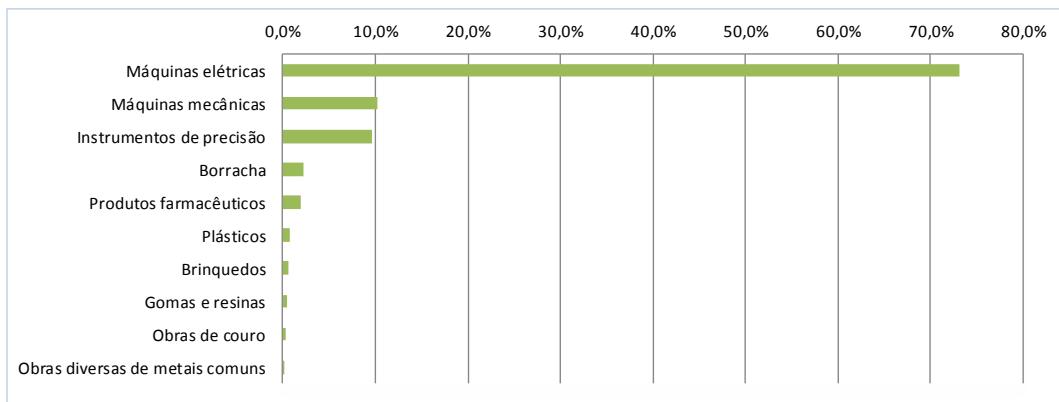


Composição das importações brasileiras originárias de Malta
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	6,78	22,3%	12,12	72,4%	9,69	73,1%
Máquinas mecânicas	0,80	2,6%	0,88	5,2%	1,36	10,2%
Instrumentos de precisão	1,22	4,0%	1,20	7,1%	1,29	9,7%
Borracha	0,38	1,2%	0,28	1,6%	0,29	2,2%
Produtos farmacêuticos	0,51	1,7%	1,22	7,3%	0,25	1,9%
Plásticos	0,03	0,1%	0,08	0,5%	0,10	0,8%
Brinquedos	0,11	0,4%	0,17	1,0%	0,08	0,6%
Gomas e resinas	0,13	0,4%	0,15	0,9%	0,06	0,5%
Obras de couro	0,20	0,7%	0,08	0,5%	0,04	0,3%
Obras diversas de metais comuns	0,05	0,2%	0,06	0,4%	0,02	0,2%
Subtotal	10,20	33,6%	16,22	96,9%	13,18	99,4%
Outros	20,14	66,4%	0,53	3,1%	0,07	0,6%
Total	30,34	100,0%	16,75	100,0%	13,25	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

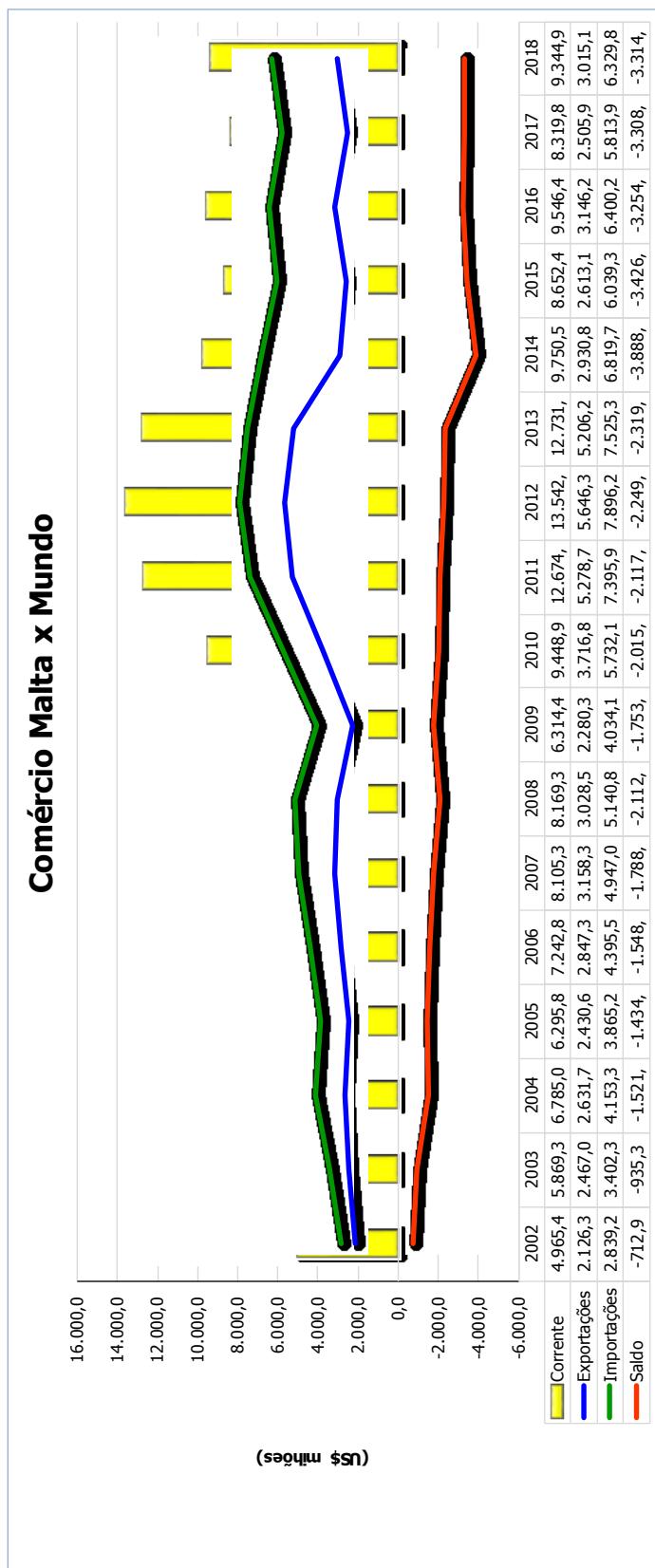
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Combustíveis	0,00	0,0%	33,93	89,9%	Combustíveis 89,9%
Açúcares	1,64	37,8%	1,19	3,2%	Açúcares 3,2%
Minérios	1,10	25,5%	0,70	1,9%	Minérios 1,9%
Preparações de carne	0,17	3,9%	0,34	0,9%	Preparações de carne 0,9%
Calçados	0,59	13,6%	0,27	0,7%	Calçados 0,7%
Preparações alimentícias	0,36	8,4%	0,19	0,5%	Preparações alimentícias 0,5%
Carnes	0,00	0,0%	0,16	0,4%	Carnes 0,4%
Instrumentos de precisão	0,01	0,3%	0,13	0,3%	Instrumentos de precisão 0,3%
Plásticos	0,01	0,1%	0,10	0,3%	Plásticos 0,3%
Amidos e féculas	0,00	0,0%	0,10	0,3%	Amidos e féculas 0,3%
Subtotal	3,88	89,6%	37,11	98,3%	
Outros	0,45	10,4%	0,65	1,7%	
Total	4,33	100,0%	37,76	100,0%	
Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Máquinas elétricas	2,62	73,4%	2,35	75,1%	Máquinas elétricas 75,1%
Instrumentos de precisão	0,25	7,0%	0,31	9,9%	Instrumentos de precisão 9,9%
Máquinas mecânicas	0,28	7,9%	0,26	8,2%	Máquinas mecânicas 8,2%
Produtos farmacêuticos	0,25	7,1%	0,05	1,6%	Produtos farmacêuticos 1,6%
Borracha	0,09	2,5%	0,05	1,6%	Borracha 1,6%
Gomas e resinas	0,00	0,0%	0,04	1,3%	Gomas e resinas 1,3%
Papel e cartão	0,00	0,0%	0,02	0,6%	Papel e cartão 0,6%
Pastas de madeira	0,00	0,0%	0,01	0,4%	Pastas de madeira 0,4%
Plásticos	0,00	0,1%	0,01	0,4%	Plásticos 0,4%
Brinquedos	0,03	0,8%	0,01	0,3%	Brinquedos 0,3%
Subtotal	3,52	98,7%	3,11	99,4%	
Outros produtos	0,04	1,3%	0,02	0,6%	
Total	3,57	100,0%	3,13	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.



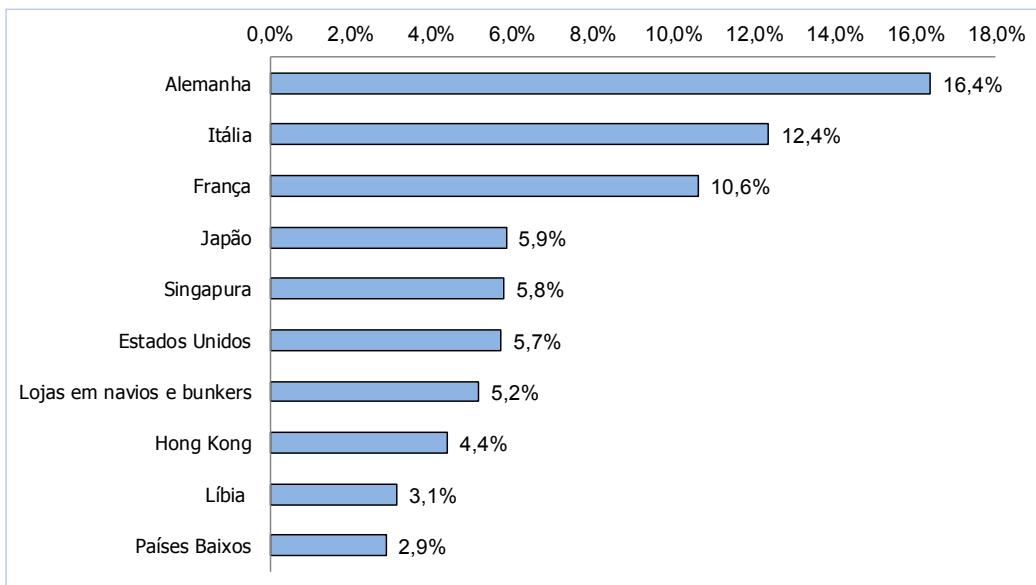
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2019.

Principais destinos das exportações de Malta
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Alemanha	493,4	16,4%
Itália	372,8	12,4%
França	319,8	10,6%
Japão	176,4	5,9%
Singapura	174,8	5,8%
Estados Unidos	172,7	5,7%
Lojas em navios e bunkers	156,0	5,2%
Hong Kong	132,6	4,4%
Líbia	94,7	3,1%
Países Baixos	86,7	2,9%
...		
Brasil (70º lugar)	2,0	0,1%
Subtotal	2.181,9	72,4%
Outros países	833,1	27,6%
Total	3.015,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais destinos das exportações

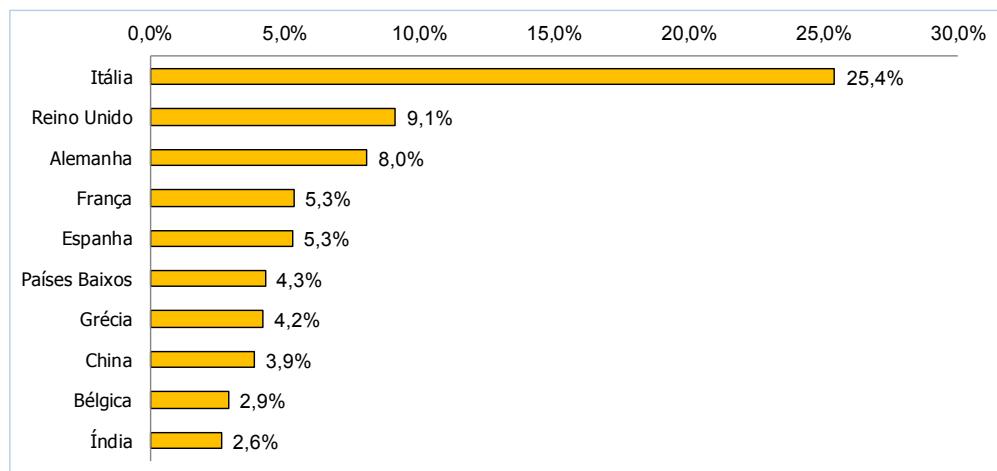


Principais origens das importações de Malta
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Itália	1.609,7	25,4%
Reino Unido	576,6	9,1%
Alemanha	509,0	8,0%
França	336,9	5,3%
Espanha	334,2	5,3%
Países Baixos	269,8	4,3%
Grécia	265,0	4,2%
China	244,8	3,9%
Bélgica	183,5	2,9%
Índia	167,3	2,6%
...		
Brasil (51º lugar)	10,8	0,2%
Subtotal	4.507,6	71,2%
Outros países	1.822,2	28,8%
Total	6.329,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais origens das importações

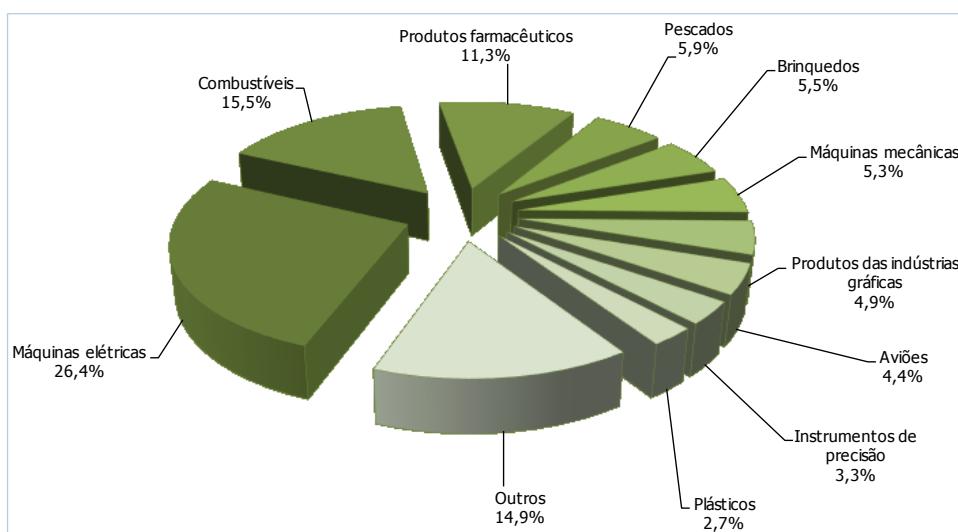


Composição das exportações de Malta
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas elétricas	795,7	26,4%
Combustíveis	466,3	15,5%
Produtos farmacêuticos	339,4	11,3%
Pescados	176,8	5,9%
Brinquedos	164,6	5,5%
Máquinas mecânicas	160,2	5,3%
Produtos das indústrias gráficas	146,9	4,9%
Aviões	133,5	4,4%
Instrumentos de precisão	100,2	3,3%
Plásticos	81,0	2,7%
Subtotal	2.564,6	85,1%
Outros	450,4	14,9%
Total	3.015,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

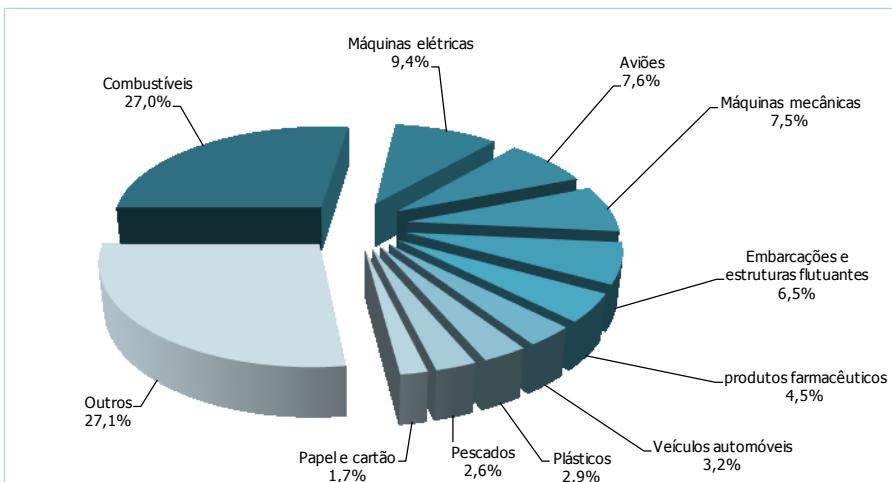


Composição das importações de Malta
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	1.710,5	27,0%
Máquinas elétricas	595,2	9,4%
Aviões	482,4	7,6%
Máquinas mecânicas	474,1	7,5%
Embarcações e estruturas flutuantes	410,7	6,5%
produtos farmacêuticos	284,1	4,5%
Veículos automóveis	200,1	3,2%
Plásticos	184,2	2,9%
Pescados	165,9	2,6%
Papel e cartão	110,2	1,7%
Subtotal	4.617,4	72,9%
Outros	1.712,4	27,1%
Total	6.329,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos importados



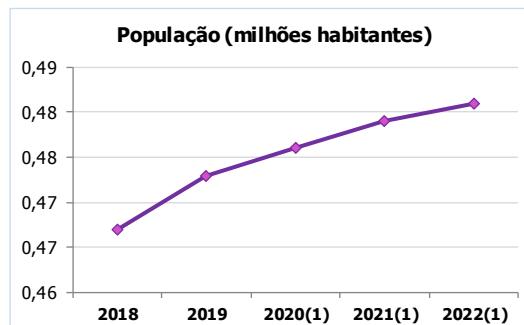
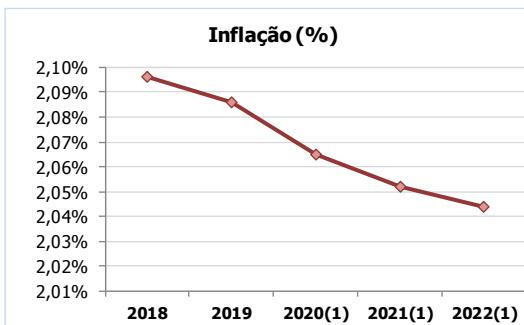
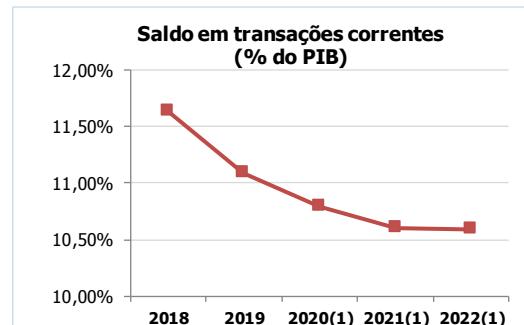
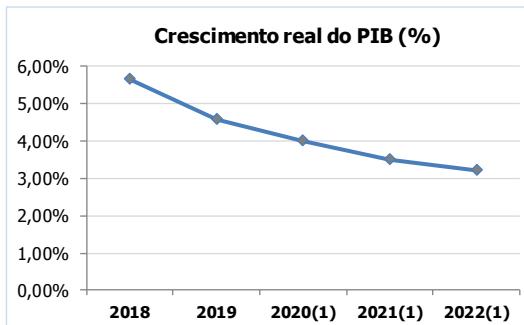
Principais indicadores socioeconômicos de Malta

Indicador	2018	2019	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	5,67%	4,58%	4,02%	3,49%	3,22%
PIB nominal (US\$ bilhões)	14,27	15,06	16,23	17,28	18,39
PIB nominal "per capita" (US\$)	30.555	31.867	34.085	36.065	38.234
PIB PPP (US\$ bilhões)	20,82	22,24	23,58	24,86	26,13
PIB PPP "per capita" (US\$)	44.587	47.061	49.494	51.865	54.313
População (milhões habitantes)	0,47	0,47	0,48	0,48	0,48
Desemprego (%)	4,10%	4,10%	4,30%	4,50%	4,70%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,10%	2,09%	2,07%	2,05%	2,04%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	11,64%	11,09%	10,79%	10,60%	10,59%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (X / US\$) ⁽²⁾	—	—	—	—	—
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura				1,1%	
Indústria				10,2%	
Serviços				88,7%	

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



0